



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

### **ACTA N.º 12** **MANDATO 2009/2013**

Aos vinte e dois dias do mês de Março do ano dois mil e onze, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo, realizou-se uma reunião da Assembleia Municipal de Valongo, em Sessão Ordinária, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**: -----

1. Intervenção do público; -----

2. Período Antes da Ordem do dia; -----

ORDEM DO DIA: -----

1 Discussão e aprovação das actas das reuniões dos dias 2010-11-29 e 2010-12-28; -----

2. DISCUTIR E VOTAR PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE: ---

2.1. Concurso público com publicação no Jornal da União Europeia para aquisição de apólices de seguros; -----

2.2. Proposta de Regulamento os Serviços Municipais de Protecção Civil – Versão final; -----

2.3. Estudo e Plano de Saneamento Financeiro do Município de Valongo; ----

2.4. Aprovação da contratação de empréstimos a longo prazo para Saneamento Financeiro Municipal, até ao montante de €25.000.000,00 – Aprovação das cláusulas contratuais; -----

2.5. Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal, para o ano 2011; -----

2.6. Cemitério de Luriz (1ª Fase) – Campo – Delegação de competências na Junta de Freguesia de Campo – Aprovação de protocolo; -----

2.7. Delegação de competências nas Juntas de Freguesia de: -----  
*Alfena, Campo, Sobrado e Valongo* para limpeza de valetas, bermas e caminhos, colocação e manutenção da sinalização toponímica, conservação e calçamento das ruas e passeios. -----

- *Ermesinde*, para limpeza de valetas, bermas e caminhos, colocação e manutenção da sinalização toponímica, conservação e reparação do mercado de Ermesinde. -----

2.8. Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS sobre: “*Criação do Prémio Anual do Município de Valongo para o Voluntariado a Cidadania Activa*”; -----

3. Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes trinta e dois elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respectivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo, o Senhor Vice-Presidente João Paulo Rodrigues Baltazar e os Senhores Vereadores Maria da Trindade Morgado do Vale, Arnaldo Pinto Soares, Luísa Maria Correia de Oliveira, José Joaquim da Silva Miranda, José Pedro Paupério



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Martins Panzina e João Ruas Moreira. -----  
Verificaram-se as substituições ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal, Alexandre Manuel da Silva Teixeira, António Joaquim Queijo Barbosa e António Marques Oliveira, tendo sido substituídos, respectivamente, por José Eduardo Brandão Pereira, Paulo da Rocha Gomes e Rafael Duarte Ferreira Rafael. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** deu início à reunião, convidando para a Mesa a Deputado do Grupo Municipal do PS Ana Maria Martins Rodrigues para substituir o Primeiro Secretário António Joaquim Queijo Barbosa. -----

A Senhora **Primeira Secretária Ana Maria Martins Rodrigues** procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** concedeu a palavra aos Múncipes que pretendessem colocar alguma questão. Não se tendo verificado intervenções por parte dos Múncipes, deu a palavra aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir no período de "Antes da Ordem do Dia" -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS Diomar da Silva Ferreira dos Santos** disse que foi nomeada pela Assembleia, uma Comissão para estudar a questão dos parómetros nas cidades de Ermesinde e Valongo. ---  
*Posteriormente, em reunião de Câmara, foi decidido pedir uma auditoria sobre o mesmo assunto. Perante essa situação a Comissão suspendeu os seus trabalhos aguardando as conclusões da auditoria.* -----

Em Dezembro 2010 terminou o prazo solicitado para a prorrogação. Como ainda não foi recebido qualquer resultado da auditoria justifica-se o motivo pelo qual a Comissão ainda não apresentou o seu trabalho. -----

Concluiu, dizendo que gostaria de saber qual o ponto de situação da referida auditoria. -----

A Senhora **Deputada do Grupo Municipal do PSD Rosa Maria Sousa Martins Rocha** começou por apresentar três **Votos de Pesar** anexos à presente acta como **Doc.1**, **Doc.2** e **Doc.3**. -----

De seguida fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como **Doc.4**. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do BE António Fernando Correia Monteiro** começou por perguntar qual a situação dos investimentos previstos e anunciados, durante a campanha das últimas eleições em relação ao *empreendimento da Fonte da Senhora, que previa a reconversão para a criação de Hospital, Residência para idosos e um Hotel mas que continua tudo na mesma.* -----

Uma outra questão, também anunciada na campanha, e mesmo antes da campanha, acerca da requalificação do antigo quartel dos Bombeiros Voluntários de Valongo, que foi anunciado como a futura casa do Município, e continua em estado muito degradado e a ameaçar a segurança das



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

-----  
pessoas que por lá passam. -----  
Uma outra questão, sobre a *construção de um imóvel, que há bastante tempo tem apenas os alicerces, num buraco com profundidade superior a cinco metros, com uma vedação muito deficiente e com o eventual perigo de derrocada por falta de escoramento da terra e situada na Rotunda dos Lagueirões. Gostaria de saber qual o ponto de situação.* -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal Coragem da CDU Adriano Soares Ribeiro** disse que na última sessão da Assembleia aprovaram uma *Recomendação sobre a ausência de resposta por parte da ARH Norte relativamente uma possível descarga poluente no rio Ferreira, gostaria de saber se já houve alguma resposta.* -----

Disse de seguida que, *recentemente, foram encerrados os pólos de leitura das diversas bibliotecas, nomeando a biblioteca de Campo, e tanto quanto sabe a de Sobrado. Gostaria de saber se esse encerramento é temporário, até quando, e quais os motivos.* -----

Relativamente ao mercado de Ermesinde e tendo em conta que está concluído o concurso de ideias para a requalificação - portanto há já um projecto considerado adequado para concretização da obra - gostaria de saber se o Executivo da Câmara Municipal de Valongo já tem um calendário de execução da mesma. -----

Na última reunião da Assembleia perguntou à Câmara sobre a *situação dos subsídios às colectividades*. A resposta que obteve considera-a verdadeira enquanto não se comprovar o contrário. No entanto, uma Comissão da Assembleia Municipal fez uma reunião com as colectividades de Alfena, e a informação recebida é de que essa resposta não corresponderá à verdade. --  
Em seu entender as informações que vão chegando de colectividades, é que a situação não é muito satisfatória; existem contratos, programa que a Câmara de Valongo tem com algumas associações do concelho; terminou a época desportiva 2009/2010 em Junho/Julho e, foram satisfeitos os últimos compromissos em Fevereiro de 2011. Entretanto, a época desportiva de 2010/2011 começou em Setembro e, até à data, há associações que não conhecem qual é a situação. -----

Assim, gostaria de saber qual é a situação. Quando é que a Câmara prevê regularizar a situação tendo em conta que se poderia argumentar que a falta de aprovação do Orçamento trazia essa implicação. Ora, se a Câmara liquidou em Fevereiro de 2011 a última prestação relacionada com a época 2009/2010, crê que não foi por falta da aprovação do Orçamento. Gostava lhe clarificassem a situação. -----

De seguida apresentou uma Recomendação que se anexa à presente acta como **Doc.5**. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** disse que de acordo com o artigo 83º da Lei 5-A/2002, onde diz que uma proposta que não tenha sido entregue nos dias que antecedem a reunião ordinária, pode a Assembleia, desde que determinado por 2/3, incluir



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

na mesma, pois tem uma Proposta para apresentar e, naturalmente, deixa à consideração de acordo com os contornos legais. -----

Disse de seguida que o PS gostava de a colocar nesta altura, até porque estão em Março, e portanto é uma altura que faz sentido, embora devesse tê-la apresentado mais cedo. -----

Assim, o PS pretende propor a *criação de um prémio anual do Município de Valongo para o Voluntariado e a Cidadania Activa*. -----

De seguida fez a leitura da Proposta que se anexa à presente acta como **Doc.6**. -----

Continuou dizendo que não têm que ser criados prémios relacionados com dinheiro mas *acha que "falta Um simples reconhecimento anual" a uma Instituição, ou uma pessoa, que no Voluntariado se tenha destacado no ano anterior*. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal Coragem de Mudar José Filipe Pinto Bandeira** começou por pedir desculpa pela sua ausência de três meses da Assembleia, pois *teve que optar entre colaborar com a Assembleia, ou colaborar para a redução do défice da balança comercial do país, achando por bem optar pela segunda, onde tem uma intervenção mais activa*. -----

Disse que fica extremamente satisfeito por regressar neste período, um período com tantos ventos de mudança, quer a nível do concelho, onde vão discutir questões extremamente importantes para o futuro, quer em termos de país onde os cidadãos vão ter, com as grandes mudanças, a necessidade de cada um de intervir activamente no processo que vai ser crítico. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde Luís Miguel Mendes Ramalho** começou por dizer que existiu, e existe, um projecto chamado "Corrente do Rio Leça", que visava a requalificação do rio, a intervenção de limpeza das margens e a monitorização da qualidade da água, bem como a intervenção na rede de saneamento, evitando assim as descargas para o rio. -----

Disse que junto à ponte da Travagem - parte esta do rio que tem sido desde há muitos anos muito mal tratada - *gostaria de deixar um desafio à Câmara Municipal de Valongo para que se voltem a reunir os parceiros da "Corrente Rio Leça", e se conclua (ou se dê continuidade ao projecto) desenvolvendo o mais rapidamente possível uma intervenção de limpeza das margens, devolvendo o rio ao seu leito*. -----

Esclareceu que *com o depósito abusivo de entulhos numa das margens do rio Leça o curso natural da água foi desviado, estando a provocar erosão no muro de suporte. A ponte tem três arcos sendo suposto que a água passe por baixo dos três. No entanto, o rio foi desviado e só dois dos arcos são atravessados pela água, uma vez que o canal por onde a água passa foi diminuído, o que tem provocado constrangimentos*. -----

Assim, *solicitava à Câmara que reúna novamente os parceiros, pelo menos os que estiverem interessados em continuar no projecto, e dar continuidade ao trabalho iniciado no mandato anterior, agindo rapidamente junto à ponte*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

*da Travagem repondo o curso natural da água.* -----

O Senhor **Vice-Presidente João Paulo Rodrigues Baltazar** disse que relativamente às questões colocadas pelo Deputado A. Monteiro, sobre os investimentos na Fonte da Senhora e a previsão que existe é que “estamos a falar de um investimento privado que tem condicionalismos que a CMV não controla”. -----

Havia uma expectativa que o Hotel tivesse sido concluído e estivesse em condições de abrir antes do final do ano transacto. No entanto e por questões que se ligam ao financiamento do projecto, essa conclusão não foi possível. – Neste momento, a informação que temos do promotor é de que *o hotel estará em condições de ser inaugurado dentro de, sensivelmente, dois meses.* -----

*Relativamente à Residência Assistida, está em projecto; existe uma entidade exploradora que irá assegurar o funcionamento, estando a ser lançado o concurso para a construção, o que significa que a expectativa é de que possa abrir dentro de um a ano a um ano e meio.* -----

*O projecto que está mais atrasado tem a ver com o Hospital. Existe uma entidade exploradora que demonstrou um interesse claro na utilização daquele espaço, tendo já tornado público o interesse em desenvolver o projecto. Estamos a falar do ISAVE que tem formação superior na área ligada à medicina, e que pretende criar ali um hospital diferente de um hospital convencional.* -----

O objectivo do projecto apresentado, e com cautela - porque têm a noção da volatilidade destas questões que estão ligadas a modelos de investimento cujas condições alteram diariamente - o projecto e o processo que foi apresentado como memória descritiva e que está a ser concretizado em projecto de arquitectura, passa a ter três valências diferentes. -----

A primeira valência trata-se de instalar *uma unidade de oncologia, onde a empresa tem um protocolo com a Universidade de Navarra, estando a falar de tratamento e investigação.* -----

No segundo bloco *uma unidade de recuperação neurológica, através de um protocolo que têm com um Instituto Cubano.* -----

O terceiro bloco será *uma unidade ligada à saúde mental.* -----

Estas, são áreas onde, para além do tratamento, irá existir investigação e portanto a configuração do edifício tem algumas especificidades orientadas para esse modelo de exploração do hospital. -----

*Espera que o projecto avance porque considera um projecto inovador, e uma grande oportunidade.* -----

Relativamente ao antigo Quartel dos Bombeiros é um processo que ainda está do lado dos Bombeiros ou seja, foi feito um projecto de arquitectura já que os Bombeiros Voluntários abriram um concurso. -----

*Quanto à questão da Rotunda dos Lagueirões tomou nota no sentido de verificar a situação, informando o Sr. Deputado posteriormente.* -----

Quanto às questões colocadas pelo Deputado Adriano Ribeiro os pólos de leitura encerrados afirmou que “fizeram muito mais sentido numa altura em



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

*que não existiam bibliotecas escolares e tinham acrescida utilidade de terem os locais onde instalaram os pólos de leitura perto das escolas, sendo a sua frequência quase na totalidade assegurada pelos alunos. -----*

*A partir do momento que começou o projecto das bibliotecas escolares a frequência desses espaços baixou abruptamente, e tinham em média três a quatro livros emprestados por semana. -----*

*Sob o ponto de vista da economia não fazia sentido terem um espaço aberto, com todos os custos que isso implica, com funcionários para manter o espaço aberto para esse número de livros. -----*

*Por outro lado, fez-se a recolha de todos os livros que estão inventariados e vão articular com as professoras bibliotecárias para fazer a cedência do espólio que faça sentido ter e reforçar os espólios de leitura das escolas de Campo e Sobrado. -----*

*Relativamente ao mercado de Ermesinde, o resultado do concurso de ideias no entendimento da Câmara o primeiro prémio não será o projecto adequado. O concurso de ideias foi lançado em moldes onde o objectivo principal era encontrar novas ideias, não só para o mercado e para o espaço da feira mas para a envolvente. -----*

*O concurso foi promovido pela Faculdade de Arquitectura, ou seja, têm hierarquizado um conjunto de projectos avaliados sobre o ponto de vista técnico científico, avaliados pelos professores que entendem que, sob o ponto de vista técnico, aqueles projectos são os que têm mais-valia. -----*

*Disse de seguida que o que está assumido pela Câmara Municipal e que irão promover, é pegar naquelas ideias, nas que nós entendamos que são boas, e extrair aspectos das várias propostas para produzir a solução, o projecto que se entenda que será o melhor projecto. -----*

*Portanto, o objectivo é chegar ao fim de 2011, não com a questão dos prémios, mas utilizando as ideias que em cada um dos projectos possam ser interessantes e criar o projecto que será aplicado na prática. -----*

*Quanto à questão dos subsídios às colectividades desportivas, tiveram o cuidado e fazer uma proposta de um regulamento, com o objectivo que cada entidade desportiva quando tiver os dados suficientes para preencher as variáveis da fórmula seja perfeitamente transparente, e não haja arbitrariedade na atribuição dos montantes aos contratos programa. -----*

*Neste momento têm uma proposta e seguirá um convite às colectividades desportivas para uma reunião na qual vão apresentar a proposta e ouvir o que é que as colectividades têm a dizer. -----*

*Relativamente às questões colocadas pelo Presidente da Junta de Ermesinde registou, no caso concreto que existe na Travagem e o apelo para que se recomece. Parece-lhe positivo e irão promover as diligências para que isso avance. -----*

*Quanto à Comissão a análise do contrato de concessão está prevista ser efectuada por uma entidade externa no âmbito do enquadramento do plano de saneamento financeiro, sendo da opinião que se aguarde por esse*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

*trabalho.* -----

A Senhora **Vereadora Maria da Trindade Morgado Vale** disse que relativamente à questão colocada pela Deputada Rosa Maria sobre o que a Câmara de Valongo estava a fazer para responder a uma franja da sociedade cada vez mais envelhecida. -----

Em dados que de 2001 essa franja no nosso concelho era de 56,4%, em 2008 de 77,8%; nesta data ainda não tem os dados actualizados. Existe um aumento muito significativo, mas *estão atentos e a desenvolver todos os esforços no sentido de minimizar o mau estar dessa franja da população dando-lhes uma melhor qualidade de vida.* -----

Nesse sentido a Câmara de Valongo em parceria e em rede, com todas as instituições concelhias, nomeadamente as Juntas de Freguesia, desenvolveram um conjunto de actividades no sentido de *promover a cidadania activa*, apoiar as instituições de acolhimento sénior no desenvolvimento de actividades de ocupação dos tempos livres, alertar para a necessidade de um maior envolvimento das famílias, *melhorar e preservar a saúde e a qualidade de vida em geral.* -----

O programa engloba algumas actividades como "Educar Para Prevenir"; "TIC Sénior"; "Viver Activo" e o "Vamos ao Baile". -----

No "Educar Para Prevenir", é feito através de sessões de informação de rastreios que têm a parceria activa do ACES de Valongo. -----

No "TIC Sénior", que está em todas as freguesias, nas Juntas de Freguesia, actividade importante para toda aquela população, que tem aderido. -----

A nível das freguesias existem em Alfena 27 pessoas nos TIC, em Campo 16, em Ermesinde 37, em Sobrado 18 e em Valongo 14. -----

Na actividade física e ginásio, têm a participação das Juntas de Freguesia, os pavilhões, professores de educação física voluntários; começaram a actividade há pouco tempo. Temos na freguesia de Campo 35, na freguesia de Ermesinde 99, na freguesia de Sobrado 48 e na freguesia de Valongo 57, o que perfaz um total 239 seniores. -----

No dia três do próximo mês começa uma actividade que é o "Vamos ao Baile". Em Valongo vai ser na paróquia e em Ermesinde nos Bombeiros Voluntários. -----

A par disso existem dois projectos de âmbito concelhio, o PRIVAL ligado à toxicod dependência, e o CLDS - *Contrato Local de Desenvolvimento Social* que é trabalhado nos empreendimentos, nas escolas, com as Juntas de Freguesia e com todas as instituições. -----

Disse de seguida que considera Valongo um concelho de partilha - uma partilha efectiva - onde quando é preciso todos se aconchegam e todos dão as mãos. -----

Continuou dizendo que relativamente à intervenção do Deputado José Manuel Ribeiro o Voluntariado não está esquecido. A Câmara Municipal tem o banco do Voluntariado que vão incrementar e dar-lhe um novo alento. ----- Terminou dizendo que concorda com a proposta, mas que vai ter de ser



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

inserida no programa que já está a ser elaborado. -----

O Senhor **Vereador Arnaldo Pinto Soares** disse que relativamente à intervenção do Deputado Adriano Ribeiro sobre a *descarga no rio Ferreira* - a quem já fez chegar a documentação que tinha - questionou entretanto, as *Águas de Valongo* sobre *"se teriam recebido a resposta da ARH"*, tendo sido informado que *"até ao momento ainda não tinham recebido nada"*. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal da CDU Adriano Soares Ribeiro** disse que em relação à questão da ARH a na sua opinião quem deveria responder era a Mesa da Assembleia, pois a Recomendação ia no sentido da Mesa da Assembleia Municipal dirigir-se à ARH. -----

*Tem um relatório da GNR - relatório que a Câmara lhe concedeu* - referindo só quem decide mas, de essencial, não lhe diz nada. Portanto, na sua opinião está a ser sonogada a informação a que têm direito. -----

*Em relação à questão dos pólos de leitura*, concorda com a argumentação, mas uma coisa é um pólo de leitura que esteve aberto ao público, embora, se calhar, não teve o aproveitamento que devia ter. Acha bem que se faça o reforço das bibliotecas escolares, mas o acesso do público às escolas não é possível, a menos que haja um protocolo para possibilitar o acesso do público às bibliotecas escolares. -----

Em relação à intervenção da Vereadora Trindade Vale, lembrou que é Presidente da *Associação de Reformados e Pensionistas de Campo*, uma organização de gente da terceira idade, e *até agora não tiveram conhecimento oficial das actividades mencionadas*. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** informou o Deputado Adriano Ribeiro que o assunto sobre o *Ferreira* foi encaminhado pela Mesa da Assembleia para a ARH, não tendo ainda recebido qualquer resposta. -----

De seguida colocou à votação o **Voto de Pesar** anexo à presente acta como **Doc.3**, sendo **aprovado** por unanimidade. -----

Seguidamente colocou à votação os **Votos de Pesar** anexos à presente acta como **Doc.2** e **Doc.3** sendo **aprovados** por unanimidade. -----

Colocou de seguida à votação a admissão da **Recomendação** anexa à presente acta como **Doc.5**, sendo admitida por unanimidade e colocada à discussão. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PSD Albino da Silva Martins Poças** começou por dizer que o Grupo Municipal do PSD vai votar contra a recomendação, porque não têm a visão pessimista dos seus proponentes. ---  
A experiência que tem de largas dezenas de anos a trabalhar em comércio permite dizer o seguinte: - *Não pensam que a abertura de uma grande superfície traga tantos inconvenientes aos pequenos e médios comerciantes*, mas sim vantagens a um número superior, não só de Valongo, mas das populações circunvizinhas que poderão beneficiar dessa abertura. -----

Aliás, se não houver procura da população aos estabelecimentos que se encontram nas grandes superfícies, é evidente que ninguém quer estar



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

aberto se não tiver procura mínima para ter interesse comercial. -----  
Em seu entender *o número de pessoas beneficiadas com essa abertura é muito maior do que aqueles que eventualmente possam ser prejudicados.* ----  
Por outro é uma decisão da Câmara e não da Assembleia, mas se a Câmara de Valongo decidir pelo encerramento das grandes superfícies ao domingo, aqueles que têm vontade de frequentar esses espaços não têm grande dificuldade em deslocar-se para outros concelhos que os têm abertos. -----  
Disse de seguida que devem ter em conta que essas superfícies estando abertas arrastam para Valongo clientes que não são da freguesia e que vêm dar movimento ao comércio que estiver aberto, como cafés e restaurantes. --  
*Por todas estas razões o Grupo Municipal do PSD vai votar contra a Recomendação.* -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau** disse que votava contra mas por motivos diferentes, pois considera uma questão de princípio. Na própria proposta, diz-se "*Nos termos da nova legislação, as Câmaras Municipais, ouvidos os sindicatos, as associações patronais, as associações de consumidores e a junta de freguesia*", portanto o que se pretende é que a Câmara Municipal afira o que essas instituições desejam, querem e necessitam. -----

Deste modo e face a isto, *o sentido é recomendar ao executivo municipal que determine o encerramento das grandes superfícies.* -----

Assim, considera que é contraditório o que se pretende: pois ou se está de acordo que as instituições participem na decisão, ou não. *A única forma das instituições participarem na decisão é não ser a Câmara sozinha a determinar mas sim e só depois de as ouvir.* -----

Disse de seguida que se o Deputado Adriano Ribeiro quiser, e estiver disponível para alterar a Recomendação no sentido de que a Câmara decida no final e em função da exposição do interesse dessas instituições que devem ser ouvidas, votará a favor. *Porém, conforme está, vota contra.* -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal da CDU Adriano Soares Ribeiro** disse que em função da argumentação utilizada, quando o Deputado Albino Poças diz que o encerramento afasta as pessoas do centro de Valongo e dos comerciantes e porque a visita a essas áreas de superfície - por inerência trazem algum benefício aos estabelecimentos comerciais - *isso é discutível.* --

A única área abrangida por essa pretensão existe em Valongo, e tem uma área superior a 2000 m<sup>2</sup>. A ser assim só beneficiaria o centro de Valongo, porque o Continente está naquele cantinho e portanto, desviando as pessoas de irem para lá. A não ser que seja para dar mais visibilidade à biblioteca! ----

Relativamente ao Deputado Rogério Palhau e tanto quanto percebeu "*é de pedir o parecer às instituições citadas*". É uma boa leitura e é exactamente aquilo que se pretende; *desde que ouvidas as instituições em questão a Câmara determine em função das melhores opiniões que colher.* -----

Portanto, não se vai decidir, ou não, o encerramento das áreas aos domingos, antes alertar e deixar a decisão ao critério da Câmara. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Disse de seguida e, a concluir, que se trata de uma Recomendação. Não se podem sobrepor à Câmara, estão apenas a recomendar à Câmara um estudo para uma decisão final. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** disse que sobre a matéria em discussão os Deputados do PS têm liberdade de voto. -----

Sobre o assunto na Assembleia da República, enquanto Deputado, seguiu a orientação de voto do PS e, juntamente com um colega o Deputado Duarte Cordeiro, apresentaram uma declaração. -----

*Disse de seguida que se trata de uma matéria muito difícil*, porque na Europa o entendimento é de uma enorme diversidade; há países que restringem por um conjunto de factores, há outros que restringem por outros factores, estão a falar de hábitos de consumo, de problemas graves que têm muitos anos, e foram desestruturando o urbanismo comercial, e que hoje é muito complicado resolver. -----

Colectivamente deixaram que fossem construídos à volta dos centros das cidades um conjunto de espaços comerciais, que têm uma capacidade de atracção muito maior, desde o ponto de vista de estacionamento do carro, *numa sociedade que vive muito do carro*. -----

As próprias alterações do Código Laboral têm implicações daquilo que é o tempo de trabalho, e o restante tempo de não trabalho. -----

Portanto, aquilo que foi o entendimento no seio do Grupo do PS foi dar liberdade de voto, pois respeita o ponto de vista de cada um, e todos devem respeitar o ponto de vista de um conjunto de parceiros. -----

Disse de seguida que há uma realidade que não pode ignorar, pois se encerra o Continente em Valongo as pessoas, em cinco minutos vão a Ardegães ou a Gondomar. Considera esta, uma matéria muito complicada. ---  
Relativamente à declaração de voto que fez tem a ver com os postos de trabalho, disse que neste momento não deveria ter sido mexida a lei, porque é momento de dificuldade económica, momento em que há uma mudança de comportamento nos formatos e nos consumidores. -----

O Senhor **Vice-Presidente João Paulo Rodrigues Baltazar** informou que quando a questão legal surgiu no seio da Junta Metropolitana tentou criar-se algum consenso, sendo decidido não alterar ou seja "não impedir", não tendo qualquer nova informação desde essa altura. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à votação a **Recomendação** anexa à presente acta como **Doc.5** sendo **reprovada** com 18 votos contra, 11 abstenções e 3 votos a favor. -----

De seguida colocou à admissão a **Proposta** anexa a presente acta como **Doc.6**, sendo admitida por unanimidade, colocando de seguida à discussão.

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal Coragem de Mudar António Jorge Duarte de Aido** disse quanto à proposta do prémio anual a atribuir ao Voluntariado e, porque sabe que o seu nobre exercício solidário sai de dentro de cada um(a), não precisa de prémios para que exista em todo o lado. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

*No que diz respeito à lei, não vê urgência. Onde vê urgência, isso sim, é que haja mais voluntariado em muitos sectores da nossa sociedade-----*

Quanto à questão do prémio a atribuir considera que à partida está viciada. E concluiu: como todos sabem a questão do prémio cairia sempre na Câmara, porque, ao dar menos às pessoas obrigatoriamente o povo tem que se voluntariar. *Nesse sentido votam contra.* -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à votação a inclusão na Ordem Dia da **Proposta** anexa à presente acta como **Doc.6**, sendo *aprovado* por maioria com 27 votos a favor e 5 votos contra. -----

De seguida colocou à discussão a **acta da reunião do dia 2010-11-29**, não se tendo verificado intervenções relativamente a este ponto foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----

Seguidamente colocou à discussão a **acta da reunião do dia 2010-12-28**, não se tendo verificado intervenções relativamente a este ponto foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto **2.1. Concurso público com publicação no jornal da União Europeia para aquisição de apólices de seguros**, relativamente a este assunto não se verificaram intervenções sendo colocado à votação e **aprovado por maioria**, verificando-se a seguinte votação: -----

**Votos a Favor:** 31 votos, sendo: 11 votos do Grupo Municipal do PS, 10 votos do Grupo Municipal do PSD, 6 votos do Grupo Municipal Coragem de Mudar, 2 do votos do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 voto do Grupo Municipal do BE e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

**Abstenções:** 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU. -----

Pelo **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** foi colocado à discussão o Ponto **2.2. Proposta de Regulamento os Serviços Municipais de Protecção Civil – Versão final.** -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal Coragem de Mudar João Loureiro de Castro Neves** começou por dizer que votam a favor do regulamento mas antes queria fazer duas observações. -----

Uma delas, *o regulamento copia literalmente as duas leis aplicadas à protecção civil, as leis 27/2006 e 65/2007, o que não é inédito; acontece muitas vezes, mas que cria dificuldades de aplicação em muitos casos.* -----

Ou seja, não se sabe se as pessoas estão a violar um regulamento, ou a violar a lei, e em certos casos surgem dificuldades que são dificilmente ultrapassáveis, em termos administrativos. -----

Conhece casos em que os Tribunais acabaram por dizer que não houve violação do regulamento, o que houve foi violação da lei, criando perplexidade, sobretudo nos serviços. -----

Portanto, é uma recomendação que deixa para casos futuros, que é preciso ponderar se vale a pena fazer um regulamento do género, ou apenas uma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

transcrição e divulgação da própria lei porque e *neste caso há uma lei que é directamente aplicável ao âmbito municipal, que é a lei 65/2007.* -----

A segunda observação tem a ver com um caso concreto, e que tem que ser ponderado, o *artigo 24º*, que é o artigo final, fala na entrada em vigor diz: "O presente regulamento, depois de aprovado pela Assembleia Municipal, entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação", o que é recorrente nas leis, o chamado prazo de entrada em vigor. -----

Na lei geral sobre diz que a única limitação é que a lei não pode entrar em vigor no mesmo dia que é publicada, tem que ser a partir do dia seguinte, a latitude depende da vontade do legislador pode ser 2 dias, 8 dias, 1 mês. ----

No caso das autarquias há uma lei, que considera uma lei especial, *uma norma que vem da primeira lei das finanças locais, a lei 1/79, e que passou para a actual, a lei 2/2007, cujo artigo 55º diz o seguinte: "A violação de posturas e de regulamentos de natureza genérica e execução permanente das autarquias locais constitui contra-ordenação sancionada com coima"*e estamos perante um regulamento de natureza genérica e execução permanente; depois no número quatro diz: "As posturas e regulamentos referidos nos números anteriores não podem entrar em vigor antes de decorridos 15 dias sobre a sua publicação, nos termos legais". Concluiu dizendo "existe uma norma especial para as autarquias locais". -----

De seguida entregou à Mesa uma **Recomendação** que se anexa à presente acta como **Doc.7.** -----

A Senhora **Deputada do Grupo Municipal do PSD Rosa Maria Sousa Martins Rocha** começou por dizer que, relativamente à proposta de regulamento diz o Código de Procedimento Administrativo, no artigo 118º, "*desde que tenham sido publicados no Diário da República para ser objecto de apreciação pública por um período, este tem que ser pelo menos 30 dias e tal facto tem que ser mencionado no preâmbulo do próprio regulamento.* ----

De seguida fez a leitura de uma **Proposta** que se anexa à presente acta como **Doc.8.** -----

Disse de seguida que relativamente à intervenção do Deputado Castro Neves, o artigo que invoca é um artigo que está na lei das finanças locais, portanto *deve ser relativo a regulamentos relacionados com matéria das finanças locais, não tem a ver com regulamentos genéricos no âmbito da administração local.* -----

Aliás, tem conhecimento de uma lei geral que regula os termos obrigatórios em certos tipos de diplomas, das leis, dos regulamentos e essa sim, *estabelece que o período é de 5 dias após a sua publicação no Diário da República, sem contar o dia da publicação, a não ser que o legislador, ou quem faz a norma fixe um período diferente.* -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal Coragem de Mudar João Loureiro de Castro Neves** disse que a questão que a Deputada Rosa Maria levantou é uma questão tradicional, e é uma interpretação, simplesmente há um elemento jurídico que se impõe e a norma mantém-se desde 79, ou seja,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

entrou em certa altura a fazer parte da lógica do sistema. -----

*Na maioria das Câmaras que conhece passou a utilizar-se a norma como uma norma do sistema. É pois, uma lei especial que se aplica às autarquias. -*

O Senhor **Vice-Presidente João Paulo Rodrigues Baltazar** disse que reconhecendo a sua incapacidade para debater a questão jurídica e reconhecendo o mérito das observações, no que diz respeito ao regulamento a única consequência que tem a introdução dos 15 dias, é ficar sem regulamento em vigor mais 14 dias não vendo qualquer problema relativamente a isso. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à votação a Recomendação anexa à presente acta como Doc.7 sendo aprovada por unanimidade. -----

De seguida colocou à votação a Proposta anexa à presente acta como Doc.8 sendo aprovada por unanimidade. -----

Seguidamente colocou à votação o ponto 2.2. Proposta de Regulamento os Serviços Municipais de Protecção Civil – Versão final, com as alterações propostas sendo aprovado por unanimidade. -----

Colocou de seguida à discussão o Ponto 2.3 Estudo e Plano de Saneamento Financeiro do Município de Valongo. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal da CDU Adriano Soares Ribeiro** começou por dizer que o facto de se estar a discutir um plano de saneamento financeiro, e a contracção de mais um empréstimo pela Câmara de Valongo, diz bem do estado de descalabro financeiro e ausência de rumo que se atingiu no Município. -----

Esta situação tem responsáveis e devem ser apontados. Para si, foram os sucessivos executivos do PSD que conduziram o concelho a esta situação, através de investimentos com pouco ou nenhuns efeitos reprodutivos a médio e longo prazo, frequentemente realizados numa óptica claramente eleitoralista, através da alienação das fontes da autonomia financeira do Município concessionadas ano após ano a privados. -----

*Disse de seguida que o PS - que agora quer aparecer como salvador do Município - não deve, porém, ser ilibado das responsabilidades, pois esteve frequentemente ao lado do PSD, como agora volta a estar, em aspectos fundamentais da gestão camarária, como a política de privatização de serviços.* -----

Estão, agora, colocados perante um plano de saneamento financeiro e um empréstimo à banca que configuraram uma espécie de PEC de Valongo. ----

*O documento está praticamente pronto desde Novembro, foi à reunião de Câmara em Janeiro, sendo reprovado pelo PS e pela Coragem de Mudar. ---*

No princípio de Março altos responsáveis autárquicos do PS tornavam público uma posição que concluía no seguinte: o PS recusa-se a dar o aval para contrair mais um empréstimo de €25.000.000,00, apenas para salvar a face de quem conduziu a Câmara a este atoleiro, a situação exige medidas drásticas que não se reduzem apenas ao pagamento da dívida, implicam



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

antes um plano de relançamento financeiro da autarquia, que passa pelo aproveitamento das potencialidades do concelho, e pela valorização da sua gente. -----

Leram e releram o documento que vai ser votado, e fazem um grande esforço no sentido de descobrir as alterações produzidas pelo PS, principalmente tendo em conta a leitura dos documentos, houve uma reviravolta que ninguém consegue entender. -----

Continuou dizendo que *não se vê com o plano de saneamento financeiro, e o empréstimo que lhe está associado, possa configurar alteração de rumo de que a Câmara de Valongo precisa.* -----

Para grandes males, diz o povo grandes remédios, PSD e PS porém querem contrariar o mal que afecta a Câmara de Valongo com o remédio que já se provou que não só não o resolve como o irá aprofundar. -----

*A CDU defende uma alteração profunda da forma de gerir a Câmara Municipal, e por isso vota contra o plano de saneamento financeiro e a contracção no novo empréstimo proposto.* -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal Coragem de Mudar José Filipe Pinto Bandeira** fez a leitura de um **Requerimento** que se anexa à presente acta como **Doc.9.** -----

Disse de seguida que a Coragem de Mudar é constituída por um conjunto de cidadãos independentes; não têm vínculo partidário absolutamente nenhum, o que os move é defender os interesses dos munícipes de Valongo e é com eles que se identificam e trabalham. -----

*Quando votaram contra o plano de saneamento na última vez que foi apresentado, votaram um mero documento de suporte de decisão. Aquele trabalho não é em si um plano de saneamento, mas um trabalho elaborado por uma empresa consultora e que deveria ser o suporte de um conjunto de decisões que mudassem a via que o concelho vem trilhando ao longo dos anos e que vem afundando o concelho num pântano financeiro.* -----

A razão pela qual se chegou a este estado deve-se à má gestão dos sucessivos executivos dos últimos 16 anos - não vale a pena estar a falar de pessoas - sabem qual é o denominador comum a esses executivos, e sabem que a prática continua. -----

*Querendo, como cidadãos e munícipes que são, participar numa via de solução do problema para o concelho, a Coragem de Mudar empenhou-se no processo, num trabalho conjunto com a Câmara para a elaboração de um documento que garantisse que a verba iria ser utilizada para colocar o concelho num trilho de saída do pântano.* -----

Na altura em que votaram o "suposto plano de saneamento" aquilo nada mais era do que uma proposta para sustentar um pedido de empréstimo. -----

O objectivo do trabalho era de garantir ao banco de que provavelmente iriam ser ressarcidos do empréstimo que tinham feito, mas relativamente ao concelho nada trazia de novo. -----

Trabalharam muito e empenhadamente, para construir um pacote de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

propostas que garantissem, aos munícipes de Valongo, que a Câmara iria usar essa verba no sentido de alteração profunda da estrutura do concelho e da relação com o Município. -----

Trabalharam desde Janeiro em propostas sucessivas com o executivo, avançou-se muito – *aliás, congratulam-se que muitos dos pontos que sugeriram se tenham mantido no documento final* – mas foram surpreendidos com o desaparecimento do diálogo a dado momento do processo negocial quando a interacção era contínua. -----

*Apresentaram uma última proposta e ficaram a aguardar resposta. Mas esta chegou através de uma notícia de jornal de que “tinha havido uma apressada reunião marcada com o líder do Grupo Municipal do PS”, e muito repentina e inesperadamente o PS pôs-se de acordo com o executivo para viabilizar o documento.* -----

Estranharam, mas se realmente não quiseram a contribuição da Coragem de Mudar tudo bem. *Estão e continuam a trabalhar, vivem no concelho, preparados para sofrerem as consequências do que a Câmara decidir mas lutarão para que as coisas mudem de rumo.* -----

Disse de seguida que a proposta final não é a proposta deles; faltam questões de extrema importância para garantir que o dinheiro não vai ser usado meramente para pagar dívidas. Todos sabem que não chega e aliás, o próprio executivo num dos dados que trocou confessa que o passivo é bastante superior, superando os 30 milhões logo, os 25 milhões não chegam. *Portanto o plano e o orçamento vai levá-los pelo mesmo caminho que os trouxe onde estão, liderados pelo mesmo denominador comum.* -----

Terminou dizendo que a Coragem de Mudar não se revê no documento, tal como podem constatar nas declarações de voto dos Vereadores e *não se revendo na decisão final, vão votar contra.* -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do BE António Fernando Correia Monteiro** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como **Doc.10**. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau** começou por dizer que *relativamente ao plano de saneamento financeiro, estão todos de acordo, quanto à sua absoluta necessidade*. O que poderá distanciá-los é a justificação porque estão de acordo; uns dirão que foi uma pouca-vergonha, outros dirão que se fez investimento. -----

No acerto político de pontos opostos poderá haver dificuldades, mas na necessidade absoluta de haver plano de saneamento financeiro pensa que quem é honesto intelectualmente não tem, hoje, outra solução alternativa ----

Disse de seguida pretender destacar a noção das responsabilidades e nomeadamente a coragem do Vereador das finanças em abalançar-se numa situação destas. Toda a oposição se lembrará que ele aspirava, desejava, e exigia um plano de saneamento financeiro desta natureza. -----

E toda agente de bom senso perceberá que para um executivo com muitos anos no poder não é fácil lançar-se num plano de saneamento financeiro. ----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Continuou dizendo que houve a coragem de o fazer, pelo empenho de um Vereador que se lançou na empreitada bem como a coragem do executivo que aceitou a solução proposta. Só não entende porque faltou a coragem para decidir politicamente aquilo que os técnicos e o vereador das finanças resolveram rapidamente. -----

Em Novembro 2010, o plano de saneamento financeiro estaria tecnicamente pronto. Para si, *o que é difícil nestas coisas é a solução técnica e deveria ser fácil a solução política; só que a solução técnica apareceu há quatro meses, ou seja no final do ano estavam em condições de discutir o orçamento, porque é que não sucedeu?* -----

Reiterou os parabéns ao Vereador das finanças, que teve a coragem de fazer o que poucos acreditavam; *também dar os parabéns a quem, no final, acabou por perceber, de uma forma responsável, que a solução era essa e não outra. Aproveitou para dar também os parabéns ao PS que se comportou responsabilmente.* -----

Naturalmente merece parabéns o Município de Valongo, pois a esta altura há muitas firmas que não conseguem pagar aos seus funcionários porque a Câmara lhes deve; haverá até situações em que pais querem pôr pão em cima da mesa para os filhos e não podem porque as firmas não lhes pagam já que a Câmara demora a pagar às respectivas firmas. -----

E a concluir lamentou: *"não entender o período dos quatro meses para acertar politicamente o que tecnicamente estava feito há tanto tempo. Quer os que aprovaram agora na Câmara, quer aqueles que estiveram prestes a aprovar, estavam tecnicamente de acordo no que é necessário o que faltou foi a eficácia no entendimento político".* -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como **Doc.11.** -----

Disse de seguida que sobre o contrato de empréstimo de financeiro o PS votará favoravelmente tendo em consideração a imposição legal de ser aprovado por uma maioria dos membros em efectividade de funções. -----  
*Porque entendem que faz sentido é o Grupo todo viabilizar dado que estão a falar de 25 milhões de euros que vão pagar a longa lista de facturas, que totalizam exactamente esse valor.* -----

É de 25 milhões porque o Tribunal de Contas e a lei, são claros; só se pode apresentar o montante correspondente a dívidas tituladas e vencidas. Uma das exigências do PS com que a Câmara Municipal também concorda é a publicação da lista de dívidas correspondente a compromissos não facturados, mas essa não pode ser incluída, porque não é assim que funciona a moldura legal. *Estas são as razões que o PS entende apresentar, não voltando a fazer mais nenhuma declaração na discussão dos próximos dois pontos.* -----

A Senhora **Deputada do Grupo Municipal do PSD Rosa Maria Sousa Martins Rocha** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

como **Doc.12**.

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** começou por dizer que inúmeras Câmaras, de diferentes quadrantes políticos, estão a tentar fazer recuperações económicas e sabe que algumas têm maior dificuldade do que a CMV encontrou junto da banca, pois encontrar uma solução de recuperação económica neste momento torna-se ainda mais difícil.

A recuperação económica em discussão foi motivada, pelo facto de terem sido obrigados – CMV – a fazer as construções escolares para cumprir a Carta Educativa do concelho. Este facto foi mesmo referido, há dias, na Com. Coord. Região Norte, pelo Dr. Castro Almeida, e por outros autarcas.

*Na realidade, quando fomos chamados a Lisboa, o Senhor Primeiro-Ministro, disse-nos; **invistam na construção escolar, quer para o primeiro ciclo, quer para o pré-escolar porque não vai faltar dinheiro. Mas faltou.***

Não está arrependido de ter correspondido a esse apelo, pois acha que isso é importante para Portugal, e para o desenvolvimento sobretudo dos municípios das zonas urbanas, porque foi nas zonas urbanas que se deu o maior crescimento, pois houve um afluxo populacional do interior do país para essas zonas, e era indispensável que se fizesse esse investimento.

*Houve, também, necessidade de se investir em vias rodoviárias específicas, como na zona industrial de Campo, e em outras obras, portanto naqueles sítios onde houve necessidade de se fazer investimento não hesitou, e houve necessidade de recorrer a determinados investimentos. Recorremos a verbas, estando agora a tentar repor essas verbas com ajuda da banca.*

Terminou dizendo que não é um problema da Câmara de Valongo, é um problema de inúmeras Câmaras de diferentes quadrantes partidários.

O Senhor **Vice-Presidente João Paulo Rodrigues Baltazar** disse que se tem falado muito da questão dos 25 milhões. Pensa que a questão mais importante que há a evidenciar - porque é aquela que cria sustentabilidade, quer para a liquidação do empréstimo, quer para sustentabilidade futura da autarquia - tem a ver sobre tudo com a forte redução da despesa associada. - Foi dito pelo Deputado do BE, que o PSD fecha os olhos à responsabilidade. Aproveitou para lhe dizer que *“o documento técnico foi à reunião de Câmara no dia 13 de Janeiro e como teve oportunidade de explicar na reunião pública da Câmara Municipal e tendo em conta o conteúdo das intervenções e das declarações de voto prestadas pelo PS e pela Coragem de Mudar, tomaram a iniciativa de começar a trabalhar de imediato”*.

Disse de seguida que a primeira reunião onde se começou a criar o documento, que entretanto foi associado ao plano de saneamento financeiro, ocorreu sensivelmente uma semana depois, portanto no dia 21 de Janeiro. --- Continuou dizendo que *a palavra negociação, neste caso, é uma palavra exagerada*, pois entende-se “negociação” quando se colocam dez exigências em cima da mesa e depois se negociam para ver se chegam a cinco, a seis ou a sete, e não foi assim que aconteceu.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Aliás, o espírito que tinha sido transmitido nas reuniões prévias à primeira apresentação de 13 de Janeiro, e que norteou desde o início a apresentação do plano de saneamento financeiro implicava: -----

*Primeiro*: existia a noção de que a situação financeira, razão pela qual o plano de saneamento financeiro é necessário, implicava que fosse fielmente espelhada. Embora já estando espelhada nos números, foi entendido que se devia ter uma redacção e um enquadramento sem vícios. -----

Por outro lado, foram demonstradas e explicadas as medidas, através do estudo técnico ou seja, como é que tais medidas, sob o ponto de vista numérico permitem a tal sustentabilidade, e o pagamento do empréstimo. Além do mais foram vertidas um conjunto de medidas, que tal como sempre dissemos sustentam um novo paradigma de gestão em termos municipais. --- Portanto, encontra na palavra "negociação" um termo demasiado forte, porque reverteram aquilo que tinham falado com as diversas forças políticas. Outra questão queria *enaltecer* "foi a maneira e o contributo importante que a Coragem de Mudar deu para o documento, e o PS também". Realço que da parte deles nunca esteve em cima da mesa qualquer alusão a mordomia, ou benefício, nem da nossa parte houve comportamento ético político diferente. - Portanto, foi numa perspectiva positiva que o trabalho foi feito: o documento será público, sendo um documento muito claro e objectivo. -----

A seguir afirmou: *Chegou-se a esta situação - felizmente para o exemplo, e infelizmente para o país e para os municípios de cada concelho - devido a um modelo de gestão autárquica que foi sendo seguido desde 1975.* -----

Quem está na oposição chama eleitoralismo, quem está no poder planeamento. Abstendo-se da classificação, é com esse rigor que está espelhado, sem classificação, para que as pessoas possam ler e interpretar. *Sempre existiram em todas as Câmaras "esses ciclos de investimento".* -----

O que desequilibrou e está espelhado de maneira bem clara, no último mandato, foi coincidir com o final de mandato o ciclo de conclusão de obras; duas delas bem e claramente identificadas: a Via Distribuidora e o Estádio Municipal. Acresceram a esses investimentos os montantes do desenvolvimento, criação e a construção inadiável dos edifícios escolares. --- Tal situação criou um desequilíbrio que, a par de uma redução de receitas, provocou a dificuldade que, e conforme foi dito por unanimidade na Câmara Municipal, que teria que ser solucionada com um plano de saneamento financeiro. -----

O PSD como intérprete principal dos últimos 17 anos na Câmara é, naturalmente, responsável por tudo que de bom que se fez, mas não foge à responsabilidade de ter sido pela sua condução que chegaram a este resultado, que está evidenciado, é claro e aqui assumido sem reservas. -----

Ouviu bem as intervenções, nomeadamente intervenção do Deputado Bandeira onde é dito, a determinada altura "esta não é a nossa proposta". Esclareceu que na reunião de Câmara foram elencadas duas questões objectivas: uma que era uma dúvida que foi esclarecida, outra que um



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

*acrescento que não estava e que foi assumido. -----*

A dúvida era se os primeiros estudos eram ou não externos. Foi esclarecido que seriam e depois, a questão que foi adicionada, e que foi acolhida por toda a gente, é que na elaboração do plano estratégico para o concelho fosse envolvida quer a Câmara quer a Assembleia Municipal. -----

Portanto, este Plano foi o trabalho que todos fizeram e realça o empenho que as forças políticas tiveram. O que tentaram foi que documento fosse o mais consensual possível. -----

O Senhor **Vereador Arnaldo Pinto Soares** disse: quando verificaram, ao fim de algum tempo, que tinham um problema que se prendia com uma dívida de curto prazo e que tinham absoluta incapacidade de por meios próprios resolver impunha-se o recurso a uma solução urgente e possível. -----

Essa dívida, aplaudida por uns, censurada por outros, deve-se a investimento, que é duradouro, que também é utilizado pelas gerações futuras e, não virá mal nenhum ao mundo, se as gerações futuras participarem no pagamento do investimento que hoje é feito, pois têm escolas com muitas e melhores condições. -----

E acrescentou: - Estamos a falar em mais de 60 milhões de investimento nos anos de 2007 a 2010 e parte de 2011. Mas, ainda este ano, assistimos à redução de um milhão de euros nas transferências do Estado para a nossa autarquia, fruto do PEC e do orçamento do Estado para 2011 ao que se junta a redução de um milhão de euros nas receitas de taxas e licenças da Câmara ao longo do ano de 2011. Portanto, como não há milagres, têm que arranjar instrumentos de gestão e meios que permitam criar sustentabilidade em termos futuros. -----

Disse de seguida que em Maio 2010 toda a gente entendeu que era necessário um plano de saneamento financeiro. A Câmara, só por si não conseguia resolver as dificuldades com que estava confrontada. Fomos à luta através da decisão e do trabalho e, no início de Novembro - já com algum atraso em relação ao que se tinha dito - o documento estava tecnicamente pronto. -----

E continuou dizendo: *temos uma estrutura de funcionamento corrente muito pesada já que, quando as receitas diminuem como estão a diminuir, o funcionamento normal da máquina absorve o que lhe cai, e pouco sobra para pagar aos fornecedores.* -----

O plano de saneamento aponta para isso. Contempla medidas, que não são agradáveis. Sabemos que não se consegue diminuir a despesa e continuar a prestar, em alguns casos, o mesmo tipo de serviço dado serem teoricamente factos incompatíveis. -----

*Vamos procurar agora aumentar a eficiência e tirar melhor proveito dos recursos próprios, pois passa por aí também, a diminuição de custos sem que tal gestão represente uma diminuição na qualidade de serviços.* -----

No orçamento, a diminuição de despesas correntes permite acolher o acréscimo de custos financeiros, conseguindo de alguma forma, criar o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

equilíbrio em termos de funcionamento. *A despesa corrente diminuirá quase 2 milhões de euros e, mesmo assim, consideram que não chega.* -----

*Se a realidade mudou; se os recursos vão ser menores e durar bastante mais tempo então o paradigma e a forma de actuar devem ser adequados e o funcionamento da Câmara tem que ser outro e compatível.* -----

O que o plano de saneamento espelha é uma fotografia do momento e não termina hoje. Aliás, se for aprovado, nem termina com o visto do Tribunal de Contas; *o plano de saneamento começa hoje.* -----

As medidas, a forma de actuar, a forma de corrigir aquilo que estará menos bem no funcionamento vão ser feitas ao longo dos tempos, por isso é que no documento introdutório estão elencadas um conjunto de medidas, de estudos, que permitem analisar, por entidades externas em muitos casos, a estrutura da própria Câmara nas diversas vertentes. -----

E concluiu: Porque o Município de Valongo não é do PSD, não é do PS, nem de ninguém, mas sim dos munícipes e porque estamos preocupados que ele funcione o melhor possível então, quanto melhor funcionar maiores benefícios tirarão os munícipes. É sobretudo, por esse objectivo que se propõe, desde já, uma mudança de filosofia perante as novas realidades. ----

**O Senhor Deputado do Grupo Municipal do PSD Albino da Silva Martins Poças** disse não pretender elencar as razões que levaram a essa situação, pois os políticos - politicamente sérios - apercebem-se das razões. -----

Disse de seguida que a situação não é só de Valongo; é um problema essencialmente do País e não é particularmente do concelho de Valongo. ----

Depois de ouvir as várias tendências de voto dos Deputados que o antecederam, particularmente a Coragem de Mudar, BE e CDU, *“ainda bem que o município de Valongo não corre o risco de um dia vir a ser gerido por essas forças políticas, porque não sairia de um conceito tipo terceiro mundista onde, pavilhões, piscinas, centros culturais, e escolas modernas não passariam de uma miragem, para o concelho”.* -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** informou que a Mesa não aceitava o **Requerimento** apresentado pelo Grupo Municipal Coragem de Mudar, anexo à presente acta como **Doc.9**, por não se enquadrar no ponto em discussão da Ordem de Trabalhos, embora o pudessem apresentar no ponto relativo às Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal, para o ano 2011. -----

De seguida colocou à votação o **Ponto 2.3 Estudo e Plano de Saneamento Financeiro do Município de Valongo**, sendo aprovado por maioria, verificando-se a seguinte votação: -----

**Votos a favor:** 13 votos a favor, sendo: 10 votos do Grupo Municipal do PSD, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

**Votos Contra:** 8 votos contra, sendo: 6 votos do Grupo Municipal Coragem de Mudar, 1 voto do Grupo Municipal do BE e 1 voto do Grupo Municipal da CDU. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

**Abstenções:** 11 abstenções do Grupo Municipal do PS.-----  
Colocou de seguida à discussão o **Ponto 2.4 Aprovação da contratação de empréstimos a longo prazo para Saneamento Financeiro Municipal, até ao montante de €25.000.000,00 – Aprovação das cláusulas contratuais**, não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocado à votação e **aprovado por maioria**, verificando-se a seguinte votação: -----

**Votos a Favor:** 24 votos a favor, sendo: 11 votos do grupo Municipal do PS, 10 votos do Grupo Municipal do PSD, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

**Votos Contra:** 8 votos contra, sendo: 6 votos do Grupo Municipal Coragem de Mudar, 1 voto do Grupo Municipal do BE e 1 voto do Grupo Municipal da CDU. -----

Seguidamente colocou à discussão o **Ponto 2.5 Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal, para o ano 2011**; -----

O Senhor **Deputado do grupo Municipal do BE António Fernando Correia Monteiro** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como **Doc.13**. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde Luís Miguel Mendes Ramalho** começou por dizer que *reconhecida a importância do plano de saneamento e do empréstimo que a Assembleia autorizou, em boa hora o documento faz com que todos os investimentos sejam intervencionados*. -----

*Deu os parabéns ao Presidente da Câmara por fazer questão de devolver à Câmara Municipal as competências que lhe tinham sido delegadas no âmbito das finanças, da despesa, porque assim manifesta que está disponível, e que é sua intenção corrigir a situação financeira do Município*. -----

Na qualidade de Presidente de Junta, intervém no Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2011, começando por recordar a sua intervenção na votação do último plano e orçamento, em que dizia que aquele era um orçamento que não satisfazia a população de Ermesinde para além de não ter sido cumprido. -----

*Existem obras prioritárias que são sucessivamente adiadas e que vêm a sua dotação cada vez mais reduzida*. -----

No plano de saneamento; a disponibilização de um espaço para o relvado sintético em Ermesinde é uma das prioridades, bem como a requalificação do largo do mercado, e o respectivo equipamento. -----

No entanto, e apesar do Presidente da Câmara dizer que o cumprimento da Carta Educativa é uma bandeira, a Carta Educativa não vai ser cumprida, porque Ermesinde foi a única freguesia que viu o projecto de duas escolas ser abandonado. -----

Uma escola em cada um dos dois agrupamentos, sendo que a Palmilheira/Sá acaba por não ser tão urgente; no agrupamento D. António Ferreira Gomes



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

continuam com a escola da Gandra a não cumprir com a escola a tempo inteiro, e a obrigar os pais para além da escola terem de assumir o custo com o infantário, uma vez que as crianças têm a escola só em regime duplo. -----

**No entanto essa escola, que no mapa das obras de 2009, mencionava adiada, não consta no orçamento de 2011; deduz-se que terá sido abandonada. Por sua vez, a escola Palmilheira/Sá, aquela que com a conclusão do Centro Escolar de Sonhos será menos urgente, mantém-se em sede de orçamento.** -----

No ano passado, na sua intervenção referiu que era urgente a requalificação da Rua José Joaquim Ribeiro Teles, uma das principais entradas na cidade. Sonhos era uma prioridade, os arruamentos em mau estado, os passeios degradados, uma população envelhecida numa zona com grande declive causam inúmeros transtornos. -----

Foi-lhe dito, e assumido, que Sonhos seria intervencionada em 2011, mas no orçamento em análise não há uma única menção. -----

No que diz respeito ao Mercado importa perceber há quantos anos é que o equipamento tem vindo a ser discutido; seguramente há mais de sete anos. Vem sendo mencionado como uma intenção em sede de orçamento, no entanto ele acaba por não ser concretizado. Espera, que as palavras que o Vice-Presidente referiu sejam uma realidade e, no decurso deste ano esteja concluído o projecto, para que em 2012 se comece a obra. -----

O Estádio Municipal, tão anunciado, que na listagem que recebeu da Câmara Municipal estaria em projecto, mais uma vez não há menção a esse equipamento com uma clara intenção de o concretizar. -----

Como disse o Vereador das finanças, o plano de saneamento começa hoje, no entanto o plano de saneamento deve acautelar aquilo que são, e que foram, os compromissos assumidos pela Câmara Municipal para com as populações. -----

Terá alguma dificuldade em encarar a população de Sonhos, após o compromisso que a Câmara Municipal assumiu de que, no decurso de 2011 os seus arruamentos seriam intervencionados. -----

Numa reunião que teve com o Vereador das obras municipais e, depois de lhe ter sido pedida contenção, e também porque está ciente da situação financeira muito complicada do Município, apenas pediu que fosse feita a requalificação da Rua José Joaquim Ribeiro Teles e a construção da Rotunda, que fosse intervencionado um dos dois principais arruamentos da zona de Sonhos, podendo-se optar pela Rua de Sonhos ou pela Rua do Pinheiro, que se calcetasse os 40 metros na Rua Dr. João Chagas, na Travessa do Pinheiro se fizesse o levantamento do pavimento e o recolocasse podendo utilizar o mesmo material que lá está. -----

Para não falar da resolução definitiva do problema das inundações no Centro, junto à Estação, bem como a conclusão da obra da Ribeira da Gandra que deveria ter sido concluída em 2010. -----

O que pede ainda "é que haja um compromisso claro e sério por parte do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Executivo para que não seja abandonada a escola da Travagem". -----

Teve oportunidade de verificar o emagrecimento do orçamento das famílias que vai para várias opções, nomeadamente; retirar os seus filhos da rede privada e potenciar, rentabilizar, os recursos do público; *a procura ao nível do ensino básico e do pré-escolar será cada vez maior. A Carta Educativa foi um documento que foi levado à discussão pública, discutido em reunião de Câmara, na Assembleia Municipal, teve até equipas que o acompanharam e que definiram o que era uma necessidade e continua a sê-lo.* -----

Aguarda, com paciência, até ao final de 2011. Estará atento ao que são os compromissos informais assumidos pelo Vereador das obras municipais. Quando olha para o plano plurianual de investimentos, não pode deixar de referir que não passa de um documento que assume a dívida já contraída. ---

Ou seja, se olharem para o mapa de resumo, que diz que Ermesinde consome 3 milhões, 132 mil euros de investimento em 2011, qualquer semelhança com a realidade é pura coincidência. Se colarem o orçamento de 2010 ao orçamento de 2011, vêem exactamente as mesmas obras, algumas delas iniciadas em 2006. Naturalmente têm que estar contempladas. -----

*É com algum desagrado que vê que o investimento na cidade de Ermesinde é muito próximo do zero, não se arrisca a dizer o zero porque haverá algum passeio que terá ficado por fazer.* -----

Deu o benefício da dúvida em 2010, aguarda pacientemente durante o ano de 2011. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** disse que o Presidente da Junta de Ermesinde tem razão quando refere duas situações. *No caso da Escola da Palmilheira, tem toda a razão.* -----

Simplemente é no centro da cidade de Ermesinde, que o terreno atingia um preço impressionante. Terão que encontrar outra solução, mas ali é impossível fazer. -----

Na Travagem é diferente. Tentou encontrar solução mas não conseguiu. Acha que é possível com o tempo, encontrar-se solução para a escola da Travagem. Em relação ao Estádio *não têm dinheiro para um Estádio*, mas o Vice-Presidente João Paulo Baltazar está a estudar uma solução alternativa e vão tentar encontrar uma solução, *embora não seja um Estádio.* -----

A Senhora **Vereadora Maria da Trindade Morgado do Vale** disse que aquilo que esteve a fazer nos serviços do DASE foi, um estudo relativamente à frequência dos meninos que entraram para o primeiro ciclo, e aqueles que vão sair. *Portanto no confronto entre o número dos que vão entrar e de quais as turmas vão acabar, o que se está a verificar é que vão precisar de três salas de aula, não vão precisar de dois novos centros escolares.* -----

O que quer dizer que se tivessem feito dois novos centros escolares iam ter, como têm noutras freguesias, salas vazias. Vão pois, procurar reaproveitá-las para outras situações. Se tivessem uma escola dessas dar-lhe-iam outra saída, que seria reafectar a um Centro de Dia ou então um Lar. -----

Têm salas disponíveis nas escolas, em Alfena, em Campo, em Sobrado. Em



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Ermesinde faltam, mas não faltam dois centros escolares, portanto é necessário reequacionarmos todas as situações e pensar bem o que é que efectivamente precisamos. -----

E concluiu dizendo: Temos que cumprir a Carta Educativa, mas será dentro das escolas que têm que se fazer mais duas salas de aulas, se os projectos assim o permitirem. Será uma solução, mas está convencida que a solução não passa por fazer uma nova escola porque não se justifica. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PSD Daniel Filipe Alves Felgueiras** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como **Doc.14**. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau** disse que *as vacas agora são magras, já foram gordas, já se gastou, já se fez muito investimento, e o que é facto é que Alfena nessa altura, em que as vacas eram gordas, tinha promessas gordas mas investimentos gordos não tiveram. Tiveram azar, estavam à espera do próximo ciclo, só que entretanto acabou, e agora não há dinheiro.* -----

É uma situação complicada, mas não é por isso que não entendem a situação, e não é por isso que não estão colaborantes, *vão estar atentos, e vão esperar até ao final do ano.* -----

*Não se vai queixar que no PPI há pouca coisa para Alfena; para Alfena não há nada, não há obras para Alfena, aliás como não houve no ano passado e há um ano atrás.* -----

Lembra que há uns anos atrás o Presidente de Junta de Alfena dizia: *este ano aprovo mas no próximo ano não aprovo.* Naquela altura eu não teria aprovado mesmo. Agora as circunstâncias são diferentes. -----

No PPI, este ano para Alfena nada. Apesar de muita gente pensar que vai haver muita coisa para Alfena e alguns estariam preocupados com isso, porque têm razão para estar, dado que Alfena é importante - já o provou e continua a prová-lo - *como são importantes todas as freguesias do concelho, um voto é uma pessoa e uma pessoa é importante, nesse sentido Alfena será sempre importante.* -----

Mas, também é importante pela sua capacidade de perceber as dificuldades, e pela sua solidariedade nos momentos em que outros que precisaram de solidariedade. Considero que Alfena têm tido muito pouca solidariedade. -----

E repetiu: *Quanto ao PPI este ano nada, há uma obra no desde o ano passado, uma obra que foi prometida há muito tempo, e espera que não seja só para lá, pois no ano passado não se fez.* -----

Lembrava que alguém, de uma forma jocosa, há uns tempos atrás brincava com o edifício Dr. Faria Sampaio/Ermesinde, que estava sempre no orçamento, que era para aumentar a receita, não se vendia mas justificava a despesa, no ano a seguir estava outra vez para aumentar a receita, justificava a despesa e não se vendia. -----

Espera que esse erro, que todos reconhecem que existia, agora no novo paradigma não haja mais erros, quer seja pelo lado de aumentar a receita,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

quer pelo lado de ir pondo no PPI as obras e depois não serem feitas. -----  
Sucedeu a Alfena no ano passado, com a obra que está no orçamento. Só há uma e espera que não suceda este ano, porque o que está em causa é demasiado importante para suceder outra vez, que é um espaço, no centro da vila, que ou é requalificado ou se torna lixo; é um espaço central, numa terra que não tem um centro ou uma praça, sequer. É uma questão de requalificação de um espaço fulcral na freguesia de Alfena e é, ao mesmo tempo, a primeira porta do anseio geral de Alfena, que é o Centro Cívico. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal da CDU Adriano Soares Ribeiro** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como **Doc.15**. - Disse de seguida ao Deputado Albino Poças que se ambos tivessem a possibilidade para tal, convidava-o a visitar alguns concelhos de maioria CDU, porque está certo que o que iam comprovar não é uma miragem. E são quase 30 Câmaras no país. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Campo Alfredo da Costa Sousa** disse que *sendo um plano e orçamento de rigor, restringido nas suas ambições, também é certo que os bons gestores nos momentos difíceis normalmente revelam-se*. -----

Disse de seguida que *em Campo se planeia construir o Centro Cívico, é importante que em termos de execução da obra ela avance, para consubstanciar os documentos*. -----

Mas, há uma obra, uma necessidade urgente, na Rua Central da Fervença, e a Rua das Póvoas, que em pleno século XXI tem casas sem estarem ligadas ao abastecimento de água, com empresas que ainda não estão ligadas ao saneamento, e é nos momentos de dificuldade que é preciso as pessoas que gerem autarquias serem criativas, arranjar soluções, podem ser pequenas, mas óptimas para resolver o problema às pessoas, e aos empresários, que pagam impostos e não estão a ser servidos nas devidas condições. -----

Sugeriu à Câmara que fosse criativa a encontrar uma solução, que poderá ser partilhada na Veólia, com outras entidades, no sentido de muito rapidamente colocar o saneamento e o abastecimento de água na Rua da Fervença e na Rua das Póvoas. -----

O Senhor **Vereador Arnaldo Pinto Soares** disse que depois do que falaram no saneamento financeiro, o orçamento e o PPI tinha que reflectir aquilo que falaram. -----

Reiterou o que foi dito, logo na primeira intervenção. Entende que isso foi de alguma forma o reconhecimento que é um orçamento muito reduzido, um orçamento de rigor. -----

No ano passado tinha um orçamento de 80 milhões. Era o orçamento que foi possível fazer na altura. Este ano têm uma receita extraordinária - os 25 milhões de euros que resultarão do empréstimo e que já foi autorizada a contratação. Tudo o resto são receitas perfeitamente realizáveis. -----

Compreende que os munícipes querem obras, todos os Presidentes de Junta quererão. A forma como eles sentem o rigor, as dificuldades, no dia-a-dia



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

porque são os que, de uma forma mais directa, dão a cara à população, porque se cruzam-se com os munícipes. -----

Os Presidentes de Junta são testemunhas que, no dia-a-dia, vamos falando. *Não estamos a fazer as grandes obras, mas em conjunto, estamos a fazer as pequenas obras, que não mudam a estrutura, mas que são importantes.* -----

Já falaram e em termos de Executivo já tentaram, ao longo do ano, dar mais um passo, no sentido de afectar uma parte do departamento de obras municipais, criando equipas específicas para a realização de algumas obras com dimensão e algum vulto. -----

Os recursos são poucos mas isso não quer dizer que tenham que parar. Não conseguem fazer tudo o que gostariam, mas há algumas obras, em todas as freguesias, que irão tentar complementar com o trabalho em parceria, ou em conjunto, mobilizando todos os recursos da Câmara disponíveis. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha colocou à votação o Ponto 2.5 Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal, para o ano 2011, sendo aprovado por maioria verificando-se a seguinte votação: -----

Votos a Favor: 12 votos a favor, sendo: 9 votos do Grupo Municipal do PSD, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

Votos Contra: 8 votos contra, sendo: 6 votos do Grupo Municipal Coragem de Mudar, 1 voto do Grupo Municipal do BE e 1 voto do Grupo Municipal da CDU. -----

Abstencções: 11 abstencções, sendo: 10 abstencções do grupo Municipal do PS e 1 abstencção do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde Luís Miguel Mendes Ramalho. -----

De seguida colocou à discussão o Ponto 2.6 Cemitério de Luriz (1ª Fase) – Campo – Delegação de competências na Junta de Freguesia de Campo – Aprovação de protocolo, não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

Colocou seguidamente à discussão o Ponto 2.7 Delegação de competências nas Juntas de Freguesia de: Alfena, Campo, Sobrado e Valongo para limpeza de valetas, bermas e caminhos, colocação e manutenção da sinalização toponímica, conservação e calçetamento das ruas e passeios. Ermesinde para limpeza de valetas, bermas e caminhos, colocação e manutenção da sinalização toponímica, conservação e reparação do mercado de Ermesinde, não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

Seguidamente foi colocado à discussão o Ponto 2.8 Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS sobre: “Criação do Prémio Anual do Município de Valongo para o Voluntariado a Cidadania Activa”. -----

O Senhor Deputado do Grupo Municipal do PSD Albino da Silva Martins



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

**Poças** disse que pretendia felicitar os proponentes da proposta, porque na verdade nunca o País necessitou tanto da contribuição, do trabalho voluntário, como neste momento. -----

Não pode concordar com algumas observações que foram feitas quando se diz que *o trabalho voluntário não é para ser pago, que não precisa de agradecimento*, mas há uma situação que *quem é voluntário, quem pratica o trabalho voluntário, gosta de ter o reconhecimento da população, um incentivo fundamental para que o trabalho do voluntariado seja exercido*. ----  
Não há nada mais triste, mais decepcionante que um voluntário esteja a dar o seu melhor esforço em prol da população, em prol dos carenciados, e no mínimo não ser reconhecido pela população. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal Coragem de Mudar Cristiano Roberto Bento Ribeiro** disse que vai votar de forma diferente do Grupo a que pertence, *porque concorda com a atitude, e reconhece o mérito de gratificar sobretudo o trabalho voluntário*. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal Coragem de Mudar António Jorge Duarte do Aido** disse que *em relação à questão da proposta do prémio anual, pensa que houve, como aconteceu ao longo da noite e da Assembleia, alguns equívocos, mais parecendo que estão num ciclo político em que muitas vezes se aproveitam os lapsos para fazer chicana política*. ----  
*A solidariedade é necessária, e tem sido necessária, e ainda bem porque se ela não existisse possivelmente não saberiam onde estaria o País, ou como estariam as coisas face ao desgoverno das várias instituições públicas*. -----

Na altura, por lapso, por ter sido votada a admissão, percebeu que estava lançada a proposta para a discussão, pelos vistos não era assim, a discussão era para agora. -----

A solidariedade é importante. Face à questão da lei, muito bem citada, não havia urgência, e ainda *face ao volume de pontos da presente Ordem de Trabalhos que tinham para discutir, o que quis acentuar é que não devia ser hoje não só porque a própria lei diz que não é urgente, referiu que por isso, e pela não urgência votava contra*. **Mas relevou que a solidariedade expressa no voluntariado é sempre necessária e dignificante**. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal da CDU Adriano Soares Ribeiro** disse que da sua parte não há confusão nenhuma, e que subscrevia, assinando por baixo, as palavras do Deputado Albino Poças. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal Coragem de Mudar João Loureiro de Castro Neves** disse que *quando votou contra, votou contra a admissão, porque acha que a admissão viola o artigo 38º, pois não há urgência, não há nenhuma razão, portanto votou contra a admissão*. -----

Concorda com a proposta, com a questão de fundo, não tem nada contra, a única razão porque não vai votar a favor, vai abster-se é porque acha que foi mal admitida, se a proposta fosse para a próxima Assembleia votaria a favor. Acha que é um mau precedente introduzir propostas contra o que está na lei, e portanto foi por isso que votou contra. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha colocou à votação o Ponto 2.8 Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS sobre: "Criação do Prémio Anual do Município de Valongo para o Voluntariado a Cidadania Activa", sendo aprovada por maioria com 26 votos a favor e 4 abstenções e 1 voto contra. -----

De seguida colocou à apreciação o Ponto 3. **Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo**, não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto. -----

Seguidamente colocou à votação a aprovação em Minuta dos pontos 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6, 2.7 e 2.8, sendo aprovado por unanimidade, dando de seguida por encerrada a sessão. -----

Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente aprovada e assinada. -----

O Presidente: \_\_\_\_\_

O 1º Secretário: \_\_\_\_\_

O 2º secretário: \_\_\_\_\_

## Voto de Pesar

Doc. 1

A Assembleia Municipal de Valongo, reunida em Sessão ordinária, em 22 de Março de dois mil e oito, deliberou sobre voto de pesar pelo falecimento do pai do Deputado Municipal Elídio Lobão e do Vereador Afonso Lobão, ocorrido recentemente.

Pelo Grupo Municipal do PSD  
Porr 3<sup>o</sup> Souse Mart Bel

Valongo, 22 de Março de 2011

## Voto de pesar

Doc. 2

A Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária, em 22 de março de dois mil e oito, deliberou um voto de pesar pelo falecimento da mãe do Deputado Municipal, Joaquim Jerônimo Pereira, ocorrido recentemente.

Pelo Grupo Municipal do PSD  
Ass. Jo. Louze Aut. Poder

Valongo, 22 de março de 2011



Grupo Municipal do PSD

Doc. 1

## VOTO DE PESAR

O Grupo Municipal do PSD propõe a aprovação de um voto de pesar pelo trágico terramoto seguido de tsunami que devastou o Japão, no passado dia 11 de Março, que transformou cidades inteiras em terrenos alagados e cheios de entulho, e pelos milhares de vítimas mortais já confirmadas e outras tantas desaparecidas. Atendendo à extensão da catástrofe, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária no dia 22 de Março de 2011, não pode deixar de expressar publicamente ao povo japonês e seu governo a sua solidariedade e o seu pesar por tão dramática ocorrência.

Do presente voto de pesar deve ser dado conhecimento à Embaixada do Japão em Portugal

Pelo Grupo Municipal do PSD

Rosa Maria Sousa Martins Rocha

Valongo, 28 de Dezembro de 2010



Grupo Municipal do PSD

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Valongo

22/03/2011

Não obstante Valongo ser, no âmbito da Grande Área Metropolitana do Porto, um Município onde se verifica um elevado índice de natalidade, atendendo ao aumento da longevidade, o problema do envelhecimento da população também se coloca ao nosso Município. Sem dúvida que um dos maiores feitos da Humanidade foi/é o prolongamento do tempo de vida, mas viver mais é importante, desde que se consiga agregar qualidade aos anos adicionais de vida.

O prolongamento da vida coloca, como é sabido, novos desafios às entidades públicas, nomeadamente em matéria de cuidados de saúde, de ocupação dos tempos livres, de motivação dos idosos para se manterem activos e colaboradores, dando à sociedade muito do seu saber resultante da sua larga vivência ...

Sabemos que o Município de Valongo está a implementar o Programa de Acção Sénior – PAS – por isso, queremos ser informados sobre o que é em concreto esse programa, quais as acções que se têm desenvolvido ou que o Município se propõe desenvolver.

Pelo Grupo Municipal do PSD

Rosa Maria Sousa Martins Rocha

Valongo, 22 de Março de 2011



**Horários do comércio: em defesa do direito ao descanso e ao convívio familiar, do comércio tradicional e da criação de emprego, contra a liberalização**

**Recomendação**

**Considerando que:**

- **O decreto-lei n.º 111/2010, de 15 de Outubro modificou o regime dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, procedendo à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 48/1996, de 15 de Maio [estabelece um novo regime dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais], e revogando a Portaria n.º 153/1996, de 15 de Maio;**
- **O referido decreto-lei “altera o regime dos horários de funcionamento das grandes superfícies comerciais, localizadas, ou não, em centros comerciais, descentralizando a decisão de alargamento ou restrição dos limites horários nos municípios. Os horários das grandes superfícies comerciais, entendendo-se como tal os estabelecimentos com uma área de venda superior a 2000 m2, estavam até agora excluídos do regime geral, encontrando-se definidos em portaria, apenas com base num critério de dimensão, sem qualquer conexão com as necessidades das comunidades locais e sem a possibilidade de ajustamento pelos órgãos municipais”;**
- **Os municípios têm 180 dias, a contar da data de entrada em vigor deste decreto-lei para elaborar ou rever os regulamentos municipais sobre os horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais locais;**
- **Nos termos da nova legislação “As câmaras municipais, ouvidos os sindicatos, as associações patronais, as associações de consumidores e a junta de freguesia onde o estabelecimento se situe, podem:**
  - a) **Restringir os limites fixados no artigo 1º [os estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços, incluindo os localizados em centros comerciais, podem estar abertos entre as 6 e as 24 horas de todos os dias da semana], a vigorar em todas as épocas do ano ou apenas em épocas determinadas, em casos devidamente justificados e que se prendam com razões de segurança ou de protecção da qualidade de vida dos cidadãos”.**

**E tendo em conta que:**

- **Com esta alteração legislativa, como se interpreta da leitura da fundamentação do decreto-lei, procura-se proceder à liberalização dos horários de funcionamento das grandes superfícies, desresponsabilizando o Governo e passando a competência de alguma restrição para as Autarquias Locais;**
- **Uma crise económica e financeira de enormes proporções declarou-se nos principais países capitalistas desenvolvidos e atingiu Portugal, particularmente a partir do 2º semestre de 2008. Tal crise, com consequências dramáticas na destruição de tecido produtivo e postos de trabalho, atingiu brutalmente a generalidade das micro, pequenas e médias empresas, provocando uma redução da procura interna e do poder de compra dos portugueses e os seus impactos fizeram-se sentir significativamente no comércio tradicional, já a braços com persistentes problemas estruturais, decorrentes da liberalização do licenciamento e desregulação dos horários comerciais;**

- **Assistem a todos os trabalhadores, incluído aos trabalhadores do sector do comércio, os direitos ao descanso e ao convívio familiar.** O dia de descanso semanal está consagrado em todas as sociedades, e em princípio e em geral todos os membros da mesma família devem poder fazê-lo em conjunto. Só o descanso semanal garante o direito de trabalhadores e pequenos empresários do comércio conciliarem entre as suas vidas profissionais, pessoais e familiares;
- **A liberalização total dos horários de funcionamento de todos os estabelecimentos comerciais não criará emprego, como sustentado pelos seus defensores,** pelo contrário conduzirá ao agravamento da situação já de si difícil de muitas micro, pequenas e médias lojas do comércio tradicional, reduzirá o volume de negócios e de trabalhadores das unidades que já funcionam todo o dia aos domingos e feriados (em resultado da transferência de clientes), assim como aumentará a exploração a que estão sujeitos os actuais trabalhadores dos grandes grupos de distribuição. O exemplo da contratação pela SONAE, durante os últimos meses, de trabalhadores recrutados através de uma empresa de "mão de obra barata" que ganham efectivamente menos que o salário mínimo nacional, confirma que tipo de "novos empregos" pretendem os grandes grupos da distribuição moderna criar. A que se acrescenta a constatação de que, apesar do crescimento exponencial de novas áreas comerciais na última década, ao abrigo de legislação crescentemente liberalizadora (Decreto-Lei N.º 190/89, de 6 de Junho, Decreto-Lei n.º 258/92, de 20 de Novembro e licenciamento camarário, Decreto-Lei n.º 218/97, de 20 de Agosto e Decreto-Lei n.º 12/2004, de 30 de Março), o emprego no comércio não aumentou proporcionalmente, verificando-se mesmo a partir de 2005, período de vigência da Lei n.º 12/2004 (a área comercial duplica), uma redução do peso do emprego no sector. (Setembro de 2005 – 770,5 mil / Setembro de 2009 – 746,4 mil). Não deixa também de ser significativo que o Relatório de Execução da Lei n.º 12/2004, elaborado pelo Ministério da Economia e entregue na Assembleia da República em Junho de 2007, tenha concluído pela impossibilidade prática de verificar do cumprimento pelos grupos da distribuição dos compromissos assumidos em termos de criação de emprego nas candidaturas ao licenciamento, não cumprindo igualmente, segundo o mesmo Relatório, ao nível da área autorizada e dos impactos intersectoriais;
- **A regulação do horário de abertura dos estabelecimentos comerciais é uma regulação do mercado de bens de consumo.** Não o regular de forma adequada, ou a sua total liberalização, significa, inevitavelmente, permitir que prevaleçam os interesses dos grandes grupos e cadeias de distribuição, violando, de facto, a livre concorrência, pela impossibilidade de micro, pequenas e médias empresas comerciais acederem ao mercado em condições de efectiva igualdade;
- **Há um parecer do Conselho Económico e Social, propositadamente esquecido por sucessivos governos, que conclui:**
  - "O interesse dos consumidores fica suficientemente salvaguardado com a possibilidade da abertura ao Sábado e o eventual alargamento do horário de abertura em dias da semana, inclusive à hora de almoço";
  - "A defesa da livre concorrência requer o estabelecimento de condições efectivas de acesso ao mercado também por parte das PME comerciais, e da promoção de uma estrutura equilibrada do tecido comercial";
  - "Os estudos de que se dispõe parecem indicar que o eventual encerramento do comércio em geral, e particularmente das grandes superfícies comerciais, ao Domingo não irá perturbar os hábitos de compra da grande maioria da população";
  - "O interesse das grandes superfícies na abertura ao domingo não parece justificar-se perante os inconvenientes que tal procedimento acarreta, designadamente para os trabalhadores, e as PME comerciais";
  - "As grandes superfícies comerciais e o comércio em geral devem encerrar ao domingo. Deverão, naturalmente, constituir excepção os estabelecimentos que se relacionam

com bens e serviços de carácter urgente (como são os ligados à saúde) ou que favoreçam o descanso semanal (restaurantes, cinemas, lojas de conveniência, etc.)”.

- **A generalidade dos demais países da União Europeia mantêm regimes muito mais restritivos que o português para os horários das grandes superfícies comerciais.** A situação geral, variável nas suas formulações específicas de país para país, são do encerramento obrigatório ao domingo, com quatro excepções de liberalização total: Eslováquia, Irlanda, Letónia e Suécia. Os exemplos da Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Grécia, Hungria, Itália, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Holanda, Polónia, República Checa e a Roménia, demonstram que o governo português age, nesta matéria, ao arrepio da maioria dos países membros da União Europeia;
- **Várias organizações e instituições, de que se destacam a CGTP - IN, a Confederação das Micro, Pequenas e Médias Empresas de Portugal, a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal e a Igreja Católica, manifestaram o seu desacordo com a liberalização dos horários de funcionamento das grandes superfícies comerciais.**
- **A necessidade de uma regulação diferente e equilibrada do horário de abertura das unidades de comércio é hoje incontornável.** Não para “fechar tudo”, como os adversários da sua regulação acusam, mas para fazer do encerramento aos domingos e feriados à tarde a regra, com todas as excepções necessárias à vida da sociedade hoje.
- **O facto de o Projecto de Resolução nº 345/11/2ª, que revogava o dec-lei nº111/2010, apresentado pelo PCP na Assembleia da República ter sido rejeitado pelos votos contra do PS e do PSD, apenas demonstra que é uma matéria que continua a suscitar fundadas dúvidas.**

A Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária no dia 22 de Março de 2011, delibera:

Recomendar ao Executivo camarário que, no âmbito das competências conferidas pela lei em vigor, determine o encerramento das grandes superfícies comerciais aos domingos e feriados a partir das 13 horas, assim retomando o horário que antes vigorava.

Valongo, 22 de Março de 2011

A Coligação Democrática Unitária



GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Doc-6

## **Proposta**

### **Criação do Prémio Anual do Município de Valongo para o Voluntariado e a Cidadania Activa**

No dia 27 de Novembro de 2009, o Conselho de Ministros da União Europeia, declarou oficialmente 2011, Ano Europeu das Actividades Voluntárias que Promovam uma Cidadania Activa.

O Ano Europeu tem por objectivo geral incentivar e apoiar os esforços desenvolvidos pelas Comunidades locais, pelos Estados-Membros e pelas autoridades locais e regionais tendo em vista criar condições na sociedade civil propícias ao voluntariado na União Europeia e aumentar a visibilidade das actividades de voluntariado em todo o espaço comunitário.

O objectivo geral do Ano Europeu deverá ser operacionalizado através de 4 grandes objectivos específicos:

1. Criar um ambiente propício ao voluntariado na União Europeia;
2. Dar meios às organizações que promovem o voluntariado para melhorar a qualidade das suas actividades;
3. Reconhecer o trabalho voluntário;
4. Sensibilizar as pessoas para o valor e a importância do Voluntariado.

Reconhecendo que apesar da actual conjuntura impor públicas limitações financeiras, não deixa de ser decisivo para o bom desenvolvimento das actividades voluntárias, o reconhecimento público e a permanente sensibilização das comunidades para o valor e a importância dessas actividades tão nobres;

Assim, pelo exposto, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida ordinariamente a 22 de Março de 2011, delibera o seguinte:

- 1 - Criar o Prémio Anual do Município de Valongo para o Voluntariado e a Cidadania Activa, com vista a reconhecer o trabalho voluntário e a sensibilizar as pessoas para o valor e a importância do Voluntariado e da cidadania activa;



GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA

2 - O referido prémio não possui carácter pecuniário e deverá ser atribuído anualmente pela Assembleia Municipal de Valongo, a uma associação, colectividade ou personalidade, que se tenha destacado de forma incontestável, no ano anterior, pelo seu contributo para a concretização, no território do Município de Valongo, dos objectivos do Ano Europeu das Actividades Voluntárias que promovam uma cidadania activa;

3 - Será constituída uma Comissão Municipal, não remunerada, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal e constituída por representantes de todos os grupos políticos na Assembleia Municipal, bem como pelos Presidentes de Junta de Freguesia e de um representante da Câmara Municipal, que no prazo de 3 meses, elaborará uma proposta de regulamento do Prémio Anual do Município de Valongo para o Voluntariado e a Cidadania Activa;

4 - O Prémio Anual do Município de Valongo para o Voluntariado e a Cidadania Activa é atribuído no dia 5 de Dezembro de cada ano, Dia Internacional do Voluntário, data instituída pela Organização das Nações Unidas, em 1985, e deverá constituir uma peça em Ardósia, matéria-prima que marcou e marca a História do Município, e que deverá preferencialmente ser concebida de forma graciosa pela comunidade escolar do Concelho.

Valongo, 22 de Março de 2011

Grupo Municipal do Partido Socialista

(José Manuel Ribeiro)

## Recomendação

Os deputados do Grupo Municipal  
Coragem de Trindade recomendam que  
o artigo 24.º da Lei nº 1/2007, de 2 de  
Janeiro, Lei das Finanças  
Locais, para a considerar  
um período de 15 dias de "vacá-  
tio legis", para assim cumprir  
o artigo 55.º, n.º 4, da Lei 2/2007, de  
15 de Janeiro, Lei das Finanças  
Locais.

Valongo, 22 de Março de 2011

Pelo Grupo Municipal Cora-  
gem de Trindade

João Carlos Vaz



Grupo Municipal do PSD

## Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Valongo

22/03/2011

### Ponto 2.º – Proposta de Regulamento dos Serviços Municipais de Protecção Civil – versão final

O Grupo Municipal do PSD propõe que no Preâmbulo do presente regulamento se acrescente um parágrafo com o seguinte teor:

“A proposta de Regulamento dos Serviços Municipais de Protecção Civil, nos termos do artigo 118.º do Código de Procedimento Administrativo, foi objecto de Apreciação Pública, para recolha de sugestões, para o que foi publicada na II série do Diário da República de 05.11.2010, não tendo recebido qualquer contributo”.

Pelo Grupo Municipal do PSD

Rosa Maria Sousa Martins Rocha

Valongo, 22 de Março de 2011



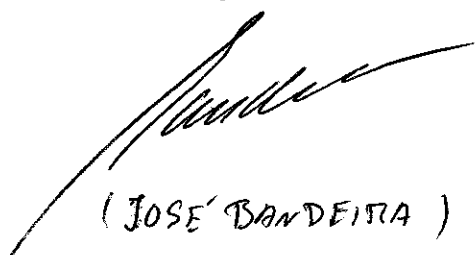
## REQUERIMENTO

O Grupo Municipal Coragem de Mudar vem pelo presente requerimento recomendar ao executivo a consulta à E.G.P.- U.P.B.S. (Escola de Gestão do Porto – University of Porto Business Scholl) para efeitos de apresentação de proposta para a elaboração do estudo profundo e aturado à macroestrutura da autarquia com o objectivo da sua optimização.

Esta sugestão, sendo inegável a qualidade da instituição em causa, surge suportada pelo facto desta mesma instituição ter efectuado idêntico trabalho nas autarquias do Porto e Felgueiras, pelo que certamente desenvolveu já metodologias que facilitarão e agilizarão tão importante e urgente tarefa.

Valongo, 22 de Abril de 2011

Pelo Grupo Municipal Coragem de Mudar



(JOSE BANDEIRA )

**Assembleia Municipal de Valongo**  
**Grupo Municipal do Bloco de Esquerda**

**ESTUDO E PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO**  
**DO MUNICÍPIO DE VALONGO**

Já muito tardiamente, somos chamados a tomar posição sobre o Estudo e Plano de Saneamento Financeiro do Município de Valongo que, finalmente, é submetido a esta Assembleia Municipal.

No que diz respeito ao estudo em discussão, a principal conclusão deste documento, numa perspectiva estritamente técnica, não deixa margem para dúvidas: **a autarquia entrou em desequilíbrio financeiro e tem necessidade de recurso a empréstimo para saneamento das contas municipais.**

Esta conclusão era o desfecho previsível para a situação financeira do município. Isso mesmo pode ser confirmado por todos aqueles que, ao longo dos últimos cinco anos, tenham presenciado a discussão e votação dos sucessivos orçamentos propostos pela Câmara.

Ninguém de boa-fé poderá negar que foram mais que muitos os avisos que as diversas forças políticas, nomeadamente, o Bloco de Esquerda, fizeram ao executivo PSD para o perigo do descontrolo financeiro da autarquia. Mas como diz o povo "o pior cego é aquele que não quer ver"...

O Bloco de Esquerda foi até mais longe, apontando em todas as propostas de orçamento e das grandes opções do plano dezenas de casos concretos de gestão ruínosa do erário municipal.

Relembramos aqui que o ano de 2009 foi o culminar de um ciclo de gastos financeiros essencialmente realizados em vésperas de eleições e que levaram ao descalabro financeiro da Câmara. Efectivamente, como é possível que entre os meses de Fevereiro e Julho de 2009 a dívida de curto prazo tenha triplicado o seu valor, passando de cerca 7 para 21 milhões de euros. Ao contrário daquilo que o executivo quer fazer crer não foi apenas a concentração de investimentos no parque escolar no ano de 2009 que levou à actual situação financeira, pois a carta educativa permitia a reformulação do parque escolar até 2013. A verdade é que foram feitos outros gastos exorbitantes como os 500 mil euros na construção de uma rotunda, os 100 mil euros na criação e manutenção de uma página de internet para funcionar até às últimas eleições autárquicas, os 400 mil euros anuais só para contratação externa de estudos e projectos urbanísticos, um milhão de euros na iluminação e construção de jardins e de rotundas, os 50 mil euros para um artista popular e até os gastos em anúncios de novas obras que nunca chegaram a sair do papel, como é o caso do antigo quartel dos bombeiros de Valongo.

O Bloco fez propostas para a reafecção desses investimentos e votou sempre em coerência com as críticas que, justa e fundamentadamente, dirigiu ao executivo PSD. Percebemos que, mais tarde ou mais cedo, a gestão irresponsável do dinheiro dos munícipes iria ter consequências graves e dessa preocupação demos conta no local e no tempo devidos. Acontece que o PSD no poder, deslumbrado pelo eleitoralismo mais primário, ignorou todos os avisos, todas as críticas, todas as propostas e, com alguma sobranceira, acusou o Bloco de fazer demagogia.



Agora, a demagogia foi claramente superada pela realidade e os erros de gestão acumulados durante anos trouxeram ao de cima o drama duma dívida de 68 milhões de euros. E como é preciso pagar tudo isto, e descalçar esta bota, o executivo PSD fecha os olhos à sua irresponsabilidade e, disfarçadamente, mete a conta aos Valonguenses sob a forma dum plano de saneamento financeiro que impõe cortes e sacrifícios durante 12 penosos anos.

Como se costuma dizer, a incompetência paga-se cara. Mas quem a vai pagar são os munícipes, e não o PSD que tudo tem feito para branquear o passado e esconder o pesado fardo da incompetência que leva às costas.

*F.S.* Nós não temos memória curta e sabemos que outros, nesta circunstância, seriam bem mais impiedosos para convosco. Ainda estão frescas as palavras do presidente do vosso partido, o Dr. Passos Coelho, que não vai há muito tempo, num encontro de militantes em Viana do Castelo, disse e passo a citar *“aqueles que são responsáveis pelo resvalar da despesa também têm de ser civil e criminalmente responsáveis pelos seus actos e pelas suas acções, não basta a responsabilidade eleitoral”* fim de citação. X

Ora, nós não pedimos tanto.

Mas sabemos por que razão o PSD não quer, e não precisa, de assumir quaisquer responsabilidades pelo actual descalabro financeiro da Câmara.

É que o PSD também já aprendeu que *“para dançar o tango são precisos dois”* e, por isso, pode sempre contar com um parceiro na vereação disposto a viabilizar as suas políticas.

O Bloco de Esquerda não aceita e não está disponível para assistir a esta degradação da política concelhia.

De facto, no documento político em apreciação não se vislumbra um verdadeiro assumir de responsabilidades políticas pela actual situação financeira.

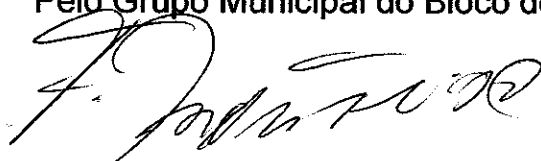
Além disso, o documento acaba por ser contraditório quando se faz referência à caducidade do modelo dos investimentos no final do mandato, e ao mesmo tempo se prevê uma série de investimentos em equipamentos que terão de ser feitos, tal como previsto no Plano Plurianual, precisamente no ano de 2013 em que termina o mandato.

A posição do Bloco é de manifestar uma censura à política que tem sido feita até agora e de afirmar que havia, e continua a haver, outros caminhos e formas de fazer política com mais rigor e controlo dos dinheiros públicos.

No documento político são apontadas orientações de futuro e um corte com práticas anteriores, mas a verdade é que quem vai pagar tudo isto são os munícipes de Valongo e que a nós o executivo não dá a confiança necessária para um momento tão exigente na vida do nosso município.

Terça-feira, 22 de Março de 2010

Pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda,



(Fernando Monteiro)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Valongo

Senhores Deputados Municipais,

Senhores Vereadores,

Cidadãos presentes,

O nosso Concelho e a sua população de quase 100 000 habitantes, em Alfena, Campo, Ermesinde, Sobrado e Valongo, inserem-se hoje numa área metropolitana onde 16 autarquias concorrem permanentemente pela captação de recursos e investimentos com vista à criação de riqueza e de empregos, bem como de oportunidades para os jovens e menos jovens, empresas, colectividades e associações, com o objectivo central de fazer da nossa terra um destino com futuro.

A nossa autarquia, governada desde 1993 pelo Partido Social Democrata, encontra-se hoje à beira do colapso financeiro, com uma dívida global que se estima em mais de oito dezenas de milhões de Euros e apresentando indicadores financeiros que impõe legalmente um processo de saneamento financeiro, que lhe permita gerar recursos financeiros suficientes para cumprir bem o seu papel, e não asfixiar os fornecedores do município que esperam em média mais de seis meses pelos pagamentos.

É público que as Juntas de Freguesia, Associações e Colectividades Culturais, Recreativas e Desportivas, cada vez mais vêem reduzidos os parcos protocolos de colaboração com uma Câmara Municipal que canaliza grande parte das suas receitas para os seus quase mil funcionários, que ainda por cima, vivem o drama da ausência de liderança diariamente, e como diz a sabedoria popular “nenhum vento ajuda quem não sabe para onde navegar”.

## PS VALONGO – A FORÇA DA MUDANÇA

É bom recordar o ponto de partida que o actual presidente da Câmara Municipal de Valongo encontrou no início do seu já longo ciclo de poder, e que em Dezembro de 1993 o município tinha 596 funcionários (quer na Câmara Municipal quer nos SMAES) o que comparando com os actuais 867 funcionários (excluindo os 131 funcionários contratados das actividades extra-curriculares bem como sem os funcionários dos SMAES, que já agora, em 1993 obtiveram um resultado liquido de mais de 177 mil Euros, mas que transitaram na sua maioria para a empresa concessionária das águas e saneamento de Valongo) representa um aumento de 45% em 17 anos, e de mais de 74% quando excluídos os funcionários dos SMAES, o que não pode deixar-nos indiferentes e perplexos.

Em relação à dívida é igualmente salutar registar que no início do actual ciclo de poder autárquico, em 1993, sem contabilizar os Milhões de Euros de fundos comunitários e de taxas de construção civil que o município recebeu, o endividamento global do município era de 5.078.794 Euros (entre dividas de médio e longo prazo e dividas a fornecedores e outros credores sem a dívida à EDP de 21 Milhões de Euros), o que comparando com o actual passivo da mesma natureza, que ascende já a mais de 50 Milhões de Euros (sem a dívida à EDP de cerca de 20 Milhões de Euros), o que representa um aumento escandaloso de mais de 1000% em 17 anos, o que revela bem o desvario e a megalomania de quem a determinado ponto até quis criar “uma nova Valongo”.

Uma das razões que mais contribuiu sem dúvida para este desastre financeiro, para além da óbvia falta de planeamento aliada a uma forte dose de megalomania, foi sem dúvida a cultura política de pouco informar, de pouco escutar e de pouco justificar, que tem governado a nossa Câmara Municipal nos últimos 17 anos, e que já não podemos tolerar mais, especialmente nos tempos difíceis que atravessamos, em que devemos ser absolutamente transparentes nas nossas decisões com as populações, sobretudo porque estamos a tratar de opções que vão condicionar o nosso futuro colectivo.

## PS VALONGO – A FORÇA DA MUDANÇA

Recorde-se aliás, que no início do corrente ano o chumbo do Partido Socialista às propostas de Plano de Saneamento Financeiro, contratação de empréstimo e Plano de Actividades e Orçamento para 2011, se deveu entre outras razões de fundo à inaceitável falta de transparência no processo e não partilha de informação fundamental para a necessária tomada de decisão devidamente fundamentada, única e legítima ambição do Partido Socialista.

Ora, face à pública e notória incapacidade do PSD Valongo para sair do buraco financeiro onde se meteu sozinho, e tendo em consideração a mudança de atitude de quem governa, que se aproximou do Partido Socialista de Valongo com humildade democrática para proceder às necessárias alterações e incluir um conjunto de exigências do Partido Socialista, que introduzam nos próximos anos maior transparência na gestão municipal, decidimos colectivamente contribuir para a solução e não para o problema, viabilizando o processo de saneamento financeiro do município, mas exigindo em contrapartida uma mudança radical na cultura de gestão do município.

O Plano de Saneamento Financeiro da Câmara Municipal de Valongo, passando a incluir um novo conjunto de considerandos mais profundos e ajustados à realidade, bem como um conjunto de compromissos políticos com tradução no Plano e Orçamento de 2011, para além da assunção clara da falência do modelo de gestão dos últimos 17 anos, permitir-nos-á a todos e à população em particular, uma compreensão mais profunda e verdadeira das reais razões que levaram à situação de ruptura financeira do nosso município.

Que fique claro! Se fosse possível a palavra caberia novamente à população, mas infelizmente tal cenário não é possível ou é de difícil concretização, pelo que, teremos que aguardar pelas próximas eleições autárquicas, e por isso mesmo, o Partido Socialista de Valongo, enquanto força de mudança no Concelho, que está na oposição sem complexos, com sentido de responsabilidade, sem estar à espera de lugares e mordomias concedidos pelo actual executivo, e que se pauta exclusivamente pela defesa dos superiores interesses da nossa terra, entendeu que deveríamos colocar em primeiro lugar os interesses de Valongo e das suas gentes nesta difícil decisão.

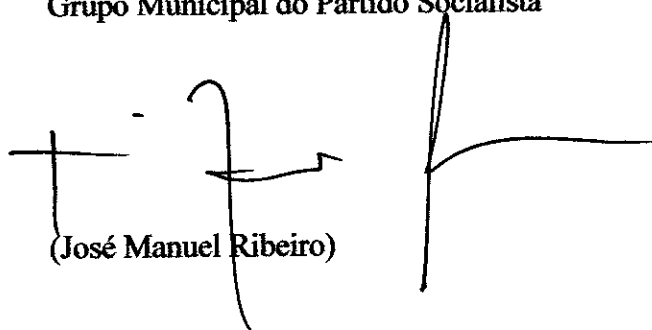
O Partido Socialista de Valongo acredita que é a população a melhor e mais eficaz aliada na fiscalização de todos os passos e acções da Câmara Municipal, por isso mesmo, desde o início do mandato e de forma bem pública defendemos um compromisso de rigor e uma cultura de exigência, transparência e de verdade, que na prática tem permitido, pela nossa acção, um maior e melhor conhecimento da situação económico-financeira do município, o que é objectivamente condição “sine qua non” para o natural e saudável exercício de escrutínio público por todos.

Acreditamos que desta forma contribuímos determinantemente para o fim de uma cultura política em Valongo, que pouco partilha as opções e os documentos fundamentais da autarquia com a população e as suas forças vivas, e que nunca permitiu verdadeiramente fiscalizar a acção errática e sem estratégia do executivo do PSD, mas que agora terá tolerância zero na gestão dos escassos recursos da nossa autarquia.

Assim, face ao exposto viabilizaremos o Plano de Saneamento Financeiro, o Plano de Actividades e Orçamento para 2011 e o Contrato de Empréstimo Financeiro.

Valongo, 22 de Março de 2011

Grupo Municipal do Partido Socialista



(José Manuel Ribeiro)



Grupo Municipal do PSD

Doc-12

## Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Valongo

22/03/2011

### Ponto 2.3 – Estudo e Plano de Saneamento Financeiro do Município de Valongo

Considerando que:

- a nova Lei de Finanças Locais, que data de 2007, trouxe constrangimentos para os municípios, nomeadamente em matéria de recurso ao crédito, na medida em que introduziu uma nova fórmula de cálculo do endividamento líquido total, o que, no caso de Valongo, fez diminuir os limites de endividamento;
- a crescente autonomia do poder local face ao poder central, traduzida em sucessivas transferências de novas atribuições e competências para os municípios nem sempre é acompanhada do correspondente reforço dos recursos financeiros – cite-se, a título de exemplo, a gestão dos refeitórios escolares em que, no ano de 2009/2010, Valongo gastou 1.144.142,78€, tendo recebido da Administração Central apenas 413.357,10€, tendo, por isso, com o seu orçamento suportado um deficit de 730.785,68€;

- nos últimos anos, sobretudo depois de 2008, as taxas municipais relativas à actividade urbanística reduziram drasticamente devido, por um lado, à crise económica e financeira e, por outro lado, ao super habite de oferta do mercado habitacional em Valongo;
- desde o início de 2010, dois dos PEC's aprovados pelo Governo tendo em vista a redução do deficit público e o Orçamento Geral do Estado para 2011 fizeram reduzir em quase um milhão de euros as transferências para o Município de Valongo;
- o município de Valongo, desde 2002 e até 2021, está a pagar, em rendas crescentes, uma dívida de 21 milhões de euros à EDP, dívida essa que é anterior a 1993;
- Valongo, porque tem uma população jovem, tem apostado no investimento na Educação, aliás respondendo prontamente ao apelo que o Primeiro Ministro, no início de 2007, fez ao Município de Valongo (entre outros), aposta essa traduzida na construção de diversos edifícios escolares e na recuperação total de outros existentes;
- o co-financiamento garantido pelo Governo para a construção e reabilitação do parque escolar, inicialmente de 70% e posteriormente de 80%, na prática não chega aos 50%, atendendo a que nem todas as despesas eram/são elegíveis;
- o investimento no parque escolar foi feito em simultâneo com os investimentos cíclicos que o Município de Valongo vai desenvolvendo ao

longo dos mandatos, nomeadamente em infra-estruturas desportivas – Estádio Municipal – e viárias – via distribuidora da Zona Industrial de Campo – que, só por si, já eram um esforço financeiro considerável;

Considerando tudo que antecede, o Município de Valongo teve, por um lado, uma diminuição de receitas e, por outro lado, uma concentração de investimentos nos últimos anos, o que teve como consequência um acréscimo de endividamento que originou o que a lei denomina de situação de desequilíbrio financeiro conjuntural, pelo que, para ultrapassar essa situação e poder honrar os seus compromissos, pagando aos seus credores, tem que recorrer a um plano de saneamento financeiro. Aliás, o executivo, em 2010, reconheceu, unanimemente, que este é o caminho a seguir, isto é, só através de uma operação de saneamento financeiro, com o objectivo de reprogramar a dívida e consolidar o passivo financeiro é possível a Câmara readquirir as condições indispensáveis para uma actuação eficaz tendo em vista a prossecução das suas atribuições. Esta medida se algum defeito tem, é por ser tardia ... pois desde a entrada em vigor da Lei 3/2010, de 27 de Abril, que estabelece a obrigatoriedade de pagamento de juros de mora pelo Estado pelo atraso no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária, que o Município de Valongo está a pagar juros – desde o começo do ano até agora os juros já somam os 306 mil euros. É importante salientar que a taxa dos juros pela mora no pagamento é de 8%, ao passo que o juro que vamos pagar pelo empréstimo que o Município se propõe contrair é na roda

dos 5%. Só na diferença da taxa de juro, teremos um “benefício” de 750 mil euros/ano, se a mesma for aplicada aos 25 milhões de euros que irão ser objecto do empréstimo a contrair para viabilizar o saneamento financeiro da nossa autarquia.

Para terminar, referir que o estudo feito revelou, com clareza, a situação financeira do Município e o plano de saneamento financeiro estabelece as regras apertadas que têm que ser adoptadas tendo em vista a recuperação da sua situação financeira em termos de equilíbrio compatível com as regras legais, nomeadamente a Lei das Finanças Locais. Para o efeito, o plano de saneamento financeiro:

- demonstra que o equilíbrio financeiro é recuperável no período de 2011 a 2022, com recurso a um empréstimo de 25 milhões de euros;
- evidencia a redução anual dos níveis de endividamento até serem cumpridos os limites legais;
- descreve e quantifica as medidas de contenção de despesa corrente e de pessoal;
- contempla informação relativa às despesas de investimento, incluindo as fontes de financiamento;
- refere e quantifica as medidas de maximização de receitas; e
- evidencia o impacte orçamental, por classificação económica, das medidas que propõe,

constituindo, por isso, um instrumento analítico de gestão que vai permitir  
ao Município a recuperação do equilíbrio financeiro, pelo que, o GRUPO  
MUNICIPAL DO PSD O VAI VOTAR FAVORAVELMENTE.

Pelo Grupo Municipal do PSD

Rosa Maria Sousa Martins Rocha

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Rosa Maria Sousa Martins Rocha', written in a cursive style.

Valongo, 22 de Março de 2011

**Assembleia Municipal de Valongo**  
**Grupo Municipal do Bloco de Esquerda**

**ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2011**

O Bloco entende que as propostas de Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2011 traduzem uma gestão fortemente limitada e quase reduzida àquelas que são as despesas correntes da Câmara.

Só para termos uma ideia, se não tivermos em conta a receita extraordinária do empréstimo financeiro teríamos um orçamento quase reduzido a metade do orçamento de 2010.

Compreendemos que, nesta altura, exista a necessidade de se fazerem cortes nas diversas áreas. No entanto, já não podemos aceitar da mesma forma que se penalize o investimento em acção social.

Mais uma vez se constata que são reduzidas as verbas destinadas à acção social, numa altura em que a difícil situação das famílias mais carenciadas do concelho e já fustigadas pelas medidas de austeridade do governo, voltam a sofrer com a falta de reforço de investimentos nesta área.

Continua a faltar um plano estratégico na área social, como já foi proposto pelo Bloco de Esquerda e aprovado nesta Assembleia, através da criação do Programa de Urgência e de Combate à Crise que apontava medidas concretas para uma actuação mais consequente nesta matéria.

Assim, temos agora um orçamento de quase gestão corrente que não permitirá investimentos significativos e de que o concelho carece. Mais uma vez constatamos que os investimentos de maior impacto para a população como por exemplo o Centro Cívico de Campo, o Centro Cívico de Alfena, etc, cuja conclusão só está prevista para o final do mandato. Esperemos

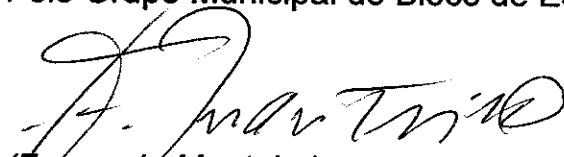


Bloco de  
Esquerda

que não seja mais uma repetição do ano de 2009 com resultados desastrosos para as contas do município.

Terça-feira, 22 de Março de 2010

Pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda,



(Fernando Monteiro)



## Grupo Municipal Valongo

Exmo. Sr. Presidente da Mesa, restantes membros da mesa.

Exmo. Sr. Presidente da CMV

Exmo. Sr. Vice-Presidente da CMV

Sr<sup>as</sup> e Srs Vereadores

Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados

Sr<sup>as</sup> e Srs Munícipes presentes.

O Orçamento da CMV para o ano de 2011 vem finalmente a esta Assembleia para ser discutido e votado. Este orçamento é certamente o orçamento mais trabalhoso, negociado e importante dos últimos anos. A situação financeira difícil de Portugal fez o seu caminho e desembocou também em Valongo.

A CMV foi sempre capaz de investir, tendo como único objectivo a melhoria das condições de vida de todos os valonguenses. Os investimentos feitos ao longo dos anos pela CMV em infraestruturas, investimentos esses necessários e ansiados pelos nossos Munícipes, foram, à luz das circunstâncias que se verificavam nesses momentos, as decisões acertadas, mais, as decisões necessárias e inadiáveis.

Foi precisamente imbuída desse espírito que a CMV, de forma abnegada e enérgica, investiu ao longo dos anos na resolução de muitas das necessidades básicas das populações, como a água, o saneamento, as infraestruturas desportivas, as infraestruturas rodoviárias, a acção social e por último a modernização do parque escolar do Concelho.

Em relação ao parque escolar, o mais avultado investimento dos últimos anos, é notória a qualidade das escolas construídas. O investimento foi avultado, mas a nossa convicção é que este investimento tinha que ser feito a bem dos nossos jovens e do seu futuro.

Como todos sabemos, quando se investe em infraestruturas, temos não só que pagar os investimentos mas contar com uma factura subsequente de manutenções e actualizações necessárias para que os equipamentos não se degradem, antes se mantenham em boas condições para servir condignamente os Municípios.

Este orçamento procura dar resposta às questões que agora mencionei, sendo certo que mediante as circunstâncias especiais em que nos encontramos, o vigor do ritmo de investimento teve que ser refreado para um nível comportável e condicente com as actuais circunstâncias financeiras do Município havendo ao mesmo tempo um esforço efectivo na redução da despesa. Estas duas condições devidamente conjugadas permitir-nos-ão, estamos confiantes, atingir equilíbrio financeiro o mais rapidamente possível. Este era aliás o nosso compromisso já assumido no orçamento do ano passado.

O orçamento, influenciado pelo plano de saneamento financeiro, apresenta-se portanto restritivo do ponto de vista dos investimentos futuros, sacrificando de forma mais ou menos importante algumas das freguesias do nosso Concelho. Esperamos e exigiremos que a ausência de investimentos necessários ao desenvolvimento das nossas freguesias mais densamente habitadas sejam um sacrifício que não perdure e que a CMV fruto de novas mentalidades de gestão, seja capaz de retomar o seu

compromisso de desenvolvimento com as populações o mais brevemente possível. Estes sacrifícios e necessidade de racionalização dos recursos só serão aceitáveis e compreensíveis se a CMV assumir o compromisso de gerir melhor os seus recursos, tanto financeiros como humanos. Confiamos que o Executivo estará atento a estas questões e tudo fará para não defraudar as expectativas legítimas da população.

Mas, o Grupo Municipal do PSD quer mais, quer mais para Valongo e para os Valonguenses e é por isso que embora reconhecendo os méritos do plano de saneamento financeiro, já que a sua aceitação e consequente implementação, devolverá à CMV capacidade negocial, e aceitando que o orçamento apresentado é restritivo embora seja o possível, o Grupo Municipal do PSD estará atento e envolvido no acompanhamento da execução orçamental deste ano, e principalmente atento aos investimentos a desenvolver no Concelho. Quando investimos recursos do Município não podemos deixar de exigir que os mesmos sejam razoáveis, e que os seus custos de oportunidade sejam os mais favoráveis ao Município. Confiamos que o executivo do PSD liderado pelo Dr. Fernando Melo terá a capacidade de decidir o melhor para Valongo e que terá também a capacidade de se adaptar a condições novas e complexas que, por via da situação em que Portugal se encontra, são incontornáveis.

È mediante estes pressupostos que faz sentido o apoio deste Grupo Municipal ao orçamento para este ano. Doutra forma estaríamos a ser irresponsáveis e levianos.

Pelo Grupo Municipal do PSD  
Daniel Filipe Alves Felgueiras  
Valongo, 22 de Março de 2011



## **Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Valongo para 2011**

### *Declaração de voto*

1. Depois de meses de expectativa – mas apenas para quem não conhece o que tem sido a sina da política local ao longo das últimas décadas... –, a Câmara Municipal de Valongo aprovou finalmente uma proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011, proposta hoje aqui em discussão.
2. Esta proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Valongo é indissociável do “plano de saneamento financeiro” e da contracção de mais um empréstimo pelo município. Ela não traz quaisquer alterações de relevo face a anos transactos, mantendo o carácter irrealista e inconsequente de documentos anteriores, sendo que, desta vez, a proposta traz consigo as marcas dessa espécie de “PEC de Valongo” que o PSD propôs e o PS caucionou.
3. Durante mais de três meses, a Assembleia Municipal de Valongo aguardou pela aprovação destes documentos. Os partidos da oposição no executivo camarário rejeitaram as primeiras propostas do PSD, falando em “condições” que teriam de ser garantidas para que se verificasse a aprovação que agora se verificou. Encenando uma discórdia que, na prática, não existe, o PS chegou mesmo a rejeitar publicamente as propostas do PSD. Mas eis que, afinal, a montanha pariu um rato. Em nome do “interesse do município”, o PS absteve-se, dessa forma caucionando os documentos apresentados pelo PSD, sem que se vejam os reflexos dessas “condições” de que tanto se falou. Na verdade, não só se aprovaram o plano de saneamento financeiro e a contracção de mais um empréstimo pelo município, como se aprovou um Orçamento sem quaisquer novidades. As “obras” de que o PS fala e sobre as quais afirma que está garantida a sua execução já constavam de orçamentos anteriores e nada foi feito. As intenções vão continuar a sê-lo...
4. O desfecho de todo este processo não foi surpreendente, diga-se. Desde há muito que o PS não tem feito outra coisa senão caucionar a política autárquica do PSD, com os resultados que se conhecem. A presença da Coragem de Mudar no executivo camarário em nada veio alterar o rumo das políticas locais, já que esta força se limita a disputar com o PS quem mais depressa se associa ao PSD. O endividamento da autarquia atingiu níveis inoportáveis, o investimento não existe, o tecido associativo aguarda em dificuldades pelo cumprimento dos compromissos assumidos pela Câmara, enfim, o concelho está parado.
5. As respostas anunciadas – e agora aprovadas pelo PSD, com a conivência do PS – mais não são do que a “receita” do costume. Um orçamento sem rasgo e sem projecto e um plano de saneamento que traz para o concelho o modelo com que o país tem convivido nos últimos tempos: cortes nos serviços camarários e no investimento e contracção de um empréstimo de 25 milhões de euros destinado ao pagamento de dívidas a fornecedores e a atirar mais para frente a liquidação da pesada conta acumulada pela Câmara ao longo de anos de má gestão. E, claro, já se antevê quem pagará a conta: os mesmos de sempre. Com efeito, serão os munícipes a suportar os desmandos da gestão do PSD – através das taxas, ainda recentemente aumentadas, e das restrições resultantes dos cortes nos serviços e investimentos da Câmara. É que as potenciais fontes de receita da autarquia há muito foram alienadas, através da entrega a privados...
6. Dizer-se, como o PS faz, que aprovar estas propostas é defender o interesse do município é insistir numa argumentação em que já ninguém acredita. Este rumo é o que conduziu a Câmara à

bancarrota e à absoluta incapacidade de actuação. Não se pode esperar de quem levou o concelho a este ponto de ruptura que dele agora o retire. É, pois, imprescindível empreender uma profunda alteração de rumo na condução do município, alteração que não passa, como é óbvio, por mais exercícios de engenharia financeira ou outras tentativas de protelar a resolução dos problemas. Trata-se, na verdade, de desenhar um projecto alternativo para o concelho de Valongo, que assente num novo modelo de desenvolvimento e num modelo de gestão da Câmara participado e próximo da população. É para esta alteração de rumo que a CDU se disponibiliza para contribuir, nunca para o caminho que PSD e PS teimam em arrastar o concelho.

7. Pelos motivos expostos, a CDU vota contra a proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011 da Câmara de Valongo, tal como votou contra o plano de saneamento financeiro e a contracção de mais um empréstimo pelo município, àquela intimamente associados.

Valongo, 22 de Março de 2011

A Coligação Democrática Unitária